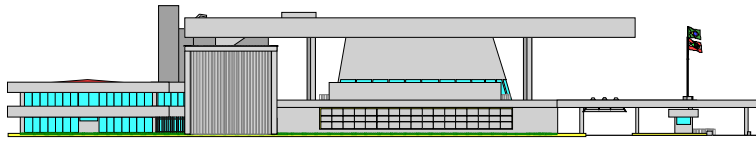


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 19 DE MAIO DE 2011

NÚMERO 6.286

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Chereim
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2286 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 042ª Sessão Ordinária realizada em 18/05/2011 2 Ata da 010ª Sessão Extraordinária realizada em 18/05/2011 11</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissão Permanente 14 Aviso de Licitação 18 Projeto de Lei 19</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlarck - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta apoio ao movimento grevista do Magistério; critica o prefeito de Blumenau pelo aumento do preço das passagens do transporte coletivo.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Saltinho.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Exige o cumprimento da lei que criou o piso nacional de salário do Magistério; cobra do governo federal o atendimento às reivindicações dos agricultores; reporta-se ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Defende a implantação do piso salarial sem perdas das conquistas obtidas ao longo da história; defende PEC de sua autoria que acrescenta a expressão "economia solidária" à Constituição do Estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Fala da situação difícil de Joinville com a paralisação dos servidores municipais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Afirma que a administração de Joinville está com sérios problemas.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Fala do piso nacional do Magistério; manifesta esperança de que no ano que vem as obras da BR-280 tenham início; comenta as dificuldades de pouso no aeroporto de Joinville.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Aborda a crise da suinocultura; coloca sua certeza de que o governo do estado encontrará uma saída e pagar o piso nacional do Magistério.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Qualifica a profissão do professor como um sacerdócio.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Cumprimenta o Ministério Público pela luta contra os crimes sexuais, notadamente a pedofilia.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Fala sobre o Dia da Luta Antimanicomial.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à Conferência da Unale e ao encontro do Parlasul; defende o sistema ferroviário.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Externa sua posição a favor das ferrovias.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Pela ordem) - Registra a presença do secretário de Controle Interno e do prefeito de Itapiranga.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (pela ordem) - Registra a presença da deputada Josi Nunes e do deputado Iderval Silva do estado de Tocantins.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Alerta a sociedade para os crimes de pedofilia cometidos através do mundo virtual.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARCK (pela ordem) - Elogia o trabalho da Polícia Civil no combate à pedofilia via internet.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Elogia o engajamento da Alesc na campanha de combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença de autoridades da cidade de Saltinho.

Ordem do Dia

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Discute o PRS n. 0003/2008.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o PRS n. 0003/2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, senhores e senhoras que nos acompanham pela TVAL e também pela Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, antes de entrar no tema que me traz a esta tribuna, nesta tarde de quarta-feira, quero mencionar a presença de uma comitiva de professores de Joinville que estava com o deputado Kennedy Nunes e entregou para diversos parlamentares - inclusive esta deputada recebeu e eles têm todo o seu apoio - uma documentação sobre a questão do piso nacional do Magistério. Quando a recebi já pautei que nós, da bancada do PT, deputado Volnei Morastoni, defendemos, apoiamos e achamos que os professores têm todo o direito de estar, hoje, em estado de greve pelo cumprimento de uma lei federal, que a Justiça, inclusive, considerou constitucional.

(Passa a ler.)

"Srs. deputados, os professores da rede estadual de ensino, hoje, paralisaram as suas atividades por absoluta culpa e responsabilidade do governo do estado de Santa Catarina. A greve já estava sendo anunciada há muito tempo. Desde 2008 o governo do estado sabe que deve pagar o piso nacional do Magistério, deputada Luciane Carminatti. Na época, o governador Luiz Henrique teve a coragem, a ousadia e a indecência de entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade.

O governo de Santa Catarina é responsável, portanto, por três anos de atraso na implementação do piso nacional do Magistério, há muito tempo defendido por essa categoria tão importante que tem a missão de educar as nossas crianças, adolescentes e adultos. Há 15 anos estão atrasados nas suas reivindicações, mas o governo estadual não faz nada para melhorar as condições de trabalho e de salário dos professores.

O piso nacional é uma luta de diversas pessoas - e aqui ressaltou a atuação da ex-senadora e hoje ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti -, aprovado no Congresso Nacional, sancionado pelo presidente Lula, mas até o momento o estado de Santa Catarina, bem como outros quatro estados, ainda não o implementou.

Três anos é tempo suficiente para que o estado de Santa Catarina honre o seu compromisso com os servidores da Educação e pague o que lhes é de direito: o piso nacional do Magistério! É lei. Deve ser cumprida. Trata-se de um valor estabelecido por uma lei federal, lei esta já convalidada pelo Supremo Tribunal Federal como constitucional em abril deste ano, um valor que foi, inclusive, vergonhosamente questionado pelo governo do estado de Santa Catarina, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Como se não bastasse, deputada Luciane Carminatti, a vergonhosa indiferença do estado em pagar o que é de direito aos professores estaduais, o encontro realizado ontem, entre professores e o Executivo

estadual, foi, no mínimo, frustrante e lamentável. O governo tinha o compromisso de apresentar, no dia de ontem, um plano de implantação do piso e chegou de mãos vazias, sem saber o que dizer, como se justificar na negociação.

É isto, sr. presidente e srs. deputados e deputadas, eles apareceram de mãos vazias no encontro com os nossos professores, insensíveis ao clamor da comunidade estudantil, da população em geral, que está revoltada e que apoia integralmente os servidores da Educação, que não têm outra alternativa senão a de paralisar as atividades.

Há pouco, deputada Luciane Carminatti e srs. deputados, conversei com uma pessoa da cidade de Blumenau, que me disse que 80% dos professores daquela região estão parados. O que é justo, porque uma lei deve ser cumprida.

Nesta tarde, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina divulgará um levantamento sobre o número de professores, de educandários e de alunos atingidos pela paralisação, pela greve, provocada por um governo despido de qualquer responsabilidade para com os seus servidores e para com a população catarinense, ao permitir que a situação chegasse a este ponto.

Os professores estão esperando desde 2008 pela implantação do piso. É interessante, deputada Luciane Carminatti, srs. deputados, porque em ocasião bem recente, nesta Casa, o governo do estado mostrou a sua agilidade na votação e implementação da minirreforma administrativa, com a extinção de cargos efetivos e a criação de 231 cargos comissionados, criando uma despesa que a população terá que pagar.

O projeto foi aprovado muito rapidamente, a toque de caixa, pelas comissões; veio para o plenário, onde também numa votação acelerada foi aprovada a minirreforma administrativa do governo do estado.

Quando diz respeito aos servidores efetivos, todos têm direito, mas hoje me refiro a essa categoria expressiva, a do Magistério, para quem o governo não trabalha com tanta agilidade para pagar o que é de direito. Estaremos acompanhando e apoiando integralmente a greve dos professores estaduais e fazemos coro ao clamor da população catarinense, que merece ser tratada com dignidade e respeito, porque os professores estão esperando desde 2008.

Antes de encerrar, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, já que estamos falando em descaso, em irresponsabilidade, quero registrar o meu repúdio, a minha indignação com a atitude também do prefeito de Blumenau que, como o governador, pertence à triplíce aliança.

Trata-se do aumento das passagens do transporte coletivo na cidade de Blumenau. Sabemos que a planilha de custos serve como base para o reajuste das passagens do transporte coletivo, mas em Blumenau não querem fazer o reajuste pela planilha de custo, mas pelo índice de inflação.

A manchete de hoje do *Jornal de Santa Catarina* é esta: 'Os bastidores do reajuste do ônibus'.

Esperamos que o Ministério Público tome uma decisão sobre esse descaso. Mais um golpe, deputado Ismael dos Santos, do prefeito de Blumenau. Como se não bastasse o golpe que ele deu na privatização da água, do esgoto, das obras mal feitas da foz do rio Itajaí, executadas pela empresa que ganhou das

mãos do prefeito o nosso bem maior, a nossa Samae, que era um exemplo para o estado de Santa Catarina e para o Brasil. Internacionalmente, inclusive, a Samae era exemplo em termos de qualidade da água. Mas a concessão foi dada, de bandeja, à iniciativa privada.

Outro golpe ele está praticando agora, aumentando a passagem dos ônibus, assim como o presidente da Seterb, que propõe ignorar a planilha de custos e reajustar a tarifa do ônibus pelo índice de inflação. Por que até pouco tempo o reajuste era pela planilha e agora ele quer aplicar o índice de inflação?

Isso foi aprovado de forma vexatória, sem que os membros do conselho municipal tivessem acesso às informações básicas. Essa é a razão de o *Jornal de Santa Catarina* ter denunciado. Sabe qual é o resultado desse descalabro? A passagem, que pela planilha custaria R\$ 2,64, valor que já acho um absurdo, vai passar para R\$ 2,75, um aumento de R\$ 0,11 que a população de Blumenau terá que pagar.

Tudo isso sem que a população, sem que os usuários possam sequer manifestar-se! É pagar ou não utilizar o transporte coletivo. O prefeito diz: 'Não quer pagar, então não anda de ônibus!' Isso é um desmando. Um atentado contra qualquer conceito de racionalidade, de legalidade, de moralidade pública.

Passo a palavra ao Ministério Público, para que se manifeste mais uma vez sobre o que está acontecendo na cidade de Blumenau, essa vergonha que é o aumento das passagens de ônibus."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença de amigos de Saltinho, do extremo oeste catarinense, o pastor João e também os vereadores e o presidente da Câmara Municipal, além da secretária de Saúde.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Gostaria de desejar boas-vindas aos representantes de Saltinho e também aos inúmeros professores de Joinville, que hoje visitam a nossa Casa.

Sejam bem-vindos, já tive a honra de recebê-los em meu gabinete. Já almoçaram aqui na Casa, e estão procurando e reivindicando os seus direitos.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os demais deputados, os professores que estão fazendo uma peregrinação pela Assembleia Legislativa na tentativa de que os parlamentares sensibilizem o governo do estado. Como já falei outras vezes, nenhum professor, nenhum educador, gosta de paralisar suas atividades e ver as escolas fechadas enquanto luta por seus direitos.

Então, cumprimento os educadores da região de Joinville, também todas as pessoas de Saltinho. Sejam bem-vindos!

Mas uso a tribuna desta Casa, mais uma vez, para manifestar-me com relação ao tema já abordado anteriormente pela deputada Ana Paula Lima.

No dia de ontem, afirmamos desta tribuna a responsabilidade do governador do estado em permitir que a greve tivesse início no dia de hoje. Por que digo que a responsabilidade é do governador? Porque a lei não é nova, é de 2008, portanto, o governante anterior teve tempo hábil para criar condições para o pagamento do piso. Prova disso é que apenas cinco estados da federação ainda não acataram a lei federal, todos os outros estão conseguindo pagar a contas. Vivemos num mesmo país, como os estados do sul do país, que são considerados os mais ricos da nação, não conseguem garantir um piso nacional de salário, deputada Ana Paula Lima, de R\$ 1.187,00 aos seus educadores?

Então, é lamentável que essa greve ocorra, mas quero dizer que a responsabilidade dela é deste governo. Não dá mais para medir forças, a categoria já demonstrou isso. Hoje temos, segundo o próprio site da RBS, 70% da categoria parada no estado de Santa Catarina. Em Chapecó, Criciúma, São José, Blumenau e Florianópolis a paralisação é de praticamente 100%!

O que quero dizer é que se o governo não mediu as consequências dessa paralisação, não levou a sério, está na hora de agir, porque os pais estão segurando os filhos em casa e mesmo assim continuam trabalhando. Tenho duas filhas em escolas públicas estaduais, com muito orgulho, que estão em casa neste momento porque não há aulas na escola em que estão estudando, a exemplo de milhares de outros estudantes do estado de Santa Catarina.

Há uma lei, de 2008, referendada pelo STF, que garante esse direito aos professores, mas a resposta que o governo deu na última manifestação da categoria foi que falta a publicação do acórdão, que poderá, inclusive, demorar anos para ser publicado. O que está faltando ao governo não é acórdão, mas um acordo. Há uma decisão judicial, há uma lei, há recursos no Orçamento estadual para pagar o piso. Mas se para o governo o que falta é a legitimação da decisão, temos uma lei que já está publicada, a Lei n. 11.738. Temos na página do STF a publicação da decisão daquela Corte. O que falta para este governo é responsabilidade. Essa história já está arrastando-se muito, desde 2008, e já estamos indo para o sexto mês deste ano. Não dá mais para dizer que o governador ainda não conseguiu tomar pé da situação e garantir o piso.

Srs. deputados, se hoje temos escolas paradas em Santa Catarina a culpa é, sim, do governador. Como o estou criticando agora, assim que sua excelência disser que vai pagar, virei a esta tribuna parabenizá-lo por cumprir a lei, por deixar de ser um governo fora da lei. Quando isso acontecer vamos bater palmas para o governador, mas neste momento cabe-nos apoiar a manifestação e denunciar esse descaso com a educação pública.

Gostaria de falar ainda que apresentamos uma moção de apoio aos educadores deste estado, por entender que há recursos para efetuar o pagamento. E não falo apenas na condição de Oposição, sou educadora, já ocupei o cargo de secretária da Educação de Chapecó, quando instituímos um adicional de titulação que elevou o piso básico da carreira do Magistério com licenciatura plena em 63%. Fizemos isso, portanto, podemos cobrar, sim, o cumprimento da lei do piso nacional. Não adianta dizer que a educação é importante se na hora em que podem pagar um piso mínimo não pagam, porque no discurso todos defendem a educação, todos a apoiam,

mas na hora em que são chamados à responsabilidade não o fazem.

Então, quero chamar a atenção para esse assunto e dizer que apoiamos essa luta. Na cidade de Chapecó em torno de 1 mil educadores estiveram na praça, enquanto, praticamente, todas as escolas ficaram fechadas.

Da mesma forma, srs. deputados, há outra paralisação acontecendo em Santa Catarina, que tem a ver, inclusive, com o meu governo federal, e falo aqui porque é esse o nosso papel, temos que ter coerência.

Hoje os agricultores estão paralisados em todo o estado de Santa Catarina, durante uma hora, no trevo de São Miguel d'Oeste, na agência do Banco do Brasil, em Chapecó, porque há uma comitiva em Brasília, deputado Volnei Morastoni, reivindicando junto ao governo federal que atenda às solicitações dos agricultores, entre elas: a renegociação das dívidas; a desburocratização do crédito; a preocupação para que o Código Ambiental caracterize a diferenciação entre pequenos, médios e grandes agricultores.

Como disse, é do meu governo que estou falando, porque temos que ser coerentes. Há muitas lutas em Brasília que vamos travar e há, inclusive, muitos educadores acompanhando-nos. Serei a primeira a defender que o Congresso Nacional aprove a destinação de 10% do PIB para a educação, deputado Kennedy Nunes. O meu governo está propondo 7%, mas sempre lutamos para que fossemos 10%. E, se preciso for, irei a Brasília discutir isso, para que possamos dar um salto de qualidade e aprovar o percentual de 10% do PIB.

Agora, em Santa Catarina, o governo, que é apoiado por deputados de diferentes partidos, deve responder por que as escolas estaduais estão paralisadas? E não venham dizer-me que não há dinheiro, porque dinheiro há! Tivemos 15% de aumento na arrecadação, somos o quinto estado do Brasil em renda *per capita* e não há dinheiro para pagar os professores? Como? Então a educação não é uma prioridade? Sendo assim, vamos fechar as escolas e deixar que os pais coloquem seus filhos na iniciativa privada.

Por último, gostaria de me referir a um tema muito bem abordado, no dia de ontem, pela deputada Ana Paula Lima.

Hoje é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esse é um tema que nos causa muita tristeza. Confesso que quando recebi o *folder* e vi a foto de uma criança tive um choque, porque ela é muito parecida com a minha filha e coloquei-me no lugar de mães podem passar por isso.

Acho que a sociedade que não trata essas pessoas que cometem esse tipo de crime, que são pessoas doentes, na minha avaliação, também é uma sociedade doente. Noventa por cento dos casos de abuso são cometidos por homens adultos, sendo que 76% são contra meninas, 37% delas com menos de 11 anos. A maioria dos crimes é cometida por pais, padrastos ou parentes.

Então, que hoje refletamos sobre esse assunto, cobremos a responsabilidade das autoridades e façamos denúncias através do Disque 100.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito em Breves Comunicações é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero saudar os agentes políticos e as lideranças de Saltinho, município do extremo oeste de Santa Catarina, que estão nesta Casa.

Quero saudar também os educadores aposentados da região de Joinville que estiveram visitando-nos em nosso gabinete, trazendo mais uma vez toda a incansável luta e trabalho em torno da dignidade e da vida daqueles que historicamente se empenharam e doaram um pouco da sua vida na formação, na capacitação e na instrumentalização dos educandos e educandas de inúmeras escolas.

Parabéns pela luta! Acredito que nada na nossa vida acontece gratuitamente, mas é fruto de toda uma construção, de uma organização e de um trabalho. Assim têm sido as diferentes conquistas obtidas ao longo da história de variadas situações e realidades e não será de outra forma com relação à luta e ao trabalho dos nossos educadores.

Vocês, que têm sido sujeitos desse processo, sem dúvida nenhuma serão sujeitos também das conquistas alcançadas. É um direito e, além disso, é uma questão de justiça. Por isso, a luta de vocês pela implantação do piso salarial sem perdas das conquistas obtidas ao longo da história, deve tornar-se realidade através da luta e do trabalho que estão realizando.

Dizia aos aposentados que a questão da desvinculação dos recursos da Educação e da Saúde do Fundo Social é uma luta do nosso mandato. Sabemos que o governo é obrigado a aplicar os percentuais garantidos pela Constituição, tanto os 25% da Educação quanto os 12% da Saúde. Sabemos também que já há uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de que os salários dos aposentados da Educação e da Saúde devam ser excluídos do percentual constitucional, para fins de cálculo.

Quero reconhecer que a partir de uma emenda do deputado Dado Chereim fizemos com que todos os inativos da Saúde fossem excluídos e o próprio governo deu essa garantia para cálculo do percentual. O próprio governador nos garantiu numa audiência, recentemente, que aos poucos, de forma gradativa, fará também a exclusão dos inativos da Educação para fins de cálculos dos percentuais devidos.

Portanto, acredito que isso tudo vem ao encontro dessa luta para que de fato o piso nacional, que vale também para o estado de Santa Catarina, possa ser implantado sem perda para os educadores e educadoras.

Então, gostaria de parabenizá-los e manifestar a nossa solidariedade nessa luta, nesse trabalho, para que o piso, além de implementado, garanta todas as conquistas e direitos já adquiridos durante toda caminhada.

Mas gostaria, sr. presidente, de aproveitar a tarde de hoje para falar sobre a pauta de reivindicações que os agricultores e agricultoras familiares, através de diferentes manifestações em várias regiões do estado e da região sul como um todo, estão discutindo no dia de hoje por meio de mobilizações. A luta dos trabalhadores da roça é justa e meritória. É necessário que sejam atendidos pelos nossos governantes, para que produzam o alimento, para que garantam uma produção de qualidade destinada à mesa de todos os habitantes deste país.

Trata-se de uma longa e justa pauta, pela importância que os trabalhadores da roça, que a nossa agricultura familiar e camponesa

representam, pois são responsáveis por colocar à mesa o alimento para os nossos filhos.

Além dessas mobilizações todas, gostaria de destacar uma PEC de minha autoria, que recebeu parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e que deverá vir a este plenário para ser votada. Falo da PEC que inclui ao art. 136, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, o termo "economia solidária".

Nosso estado tem destaque na questão do cooperativismo, do associativismo, e entendemos, diante das inúmeras experiências e trabalhos organizados por toda Santa Catarina, que há mais de mil alternativas colocadas.

Dessa forma, que a partir da votação da PEC neste plenário possamos garantir que a expressão "economia solidária" esteja contemplada na Constituição do nosso estado, mais precisamente no inciso I do art. 136, o que se traduz como sendo uma proposta de desenvolvimento que respeita o ser humano, a natureza e que consegue colocar-se como uma grande alternativa de qualidade de vida e geração de renda.

Por isso, quero pedir aos colegas que votem favoravelmente a essa emenda à Constituição do Estado, afirmando que as mais de mil experiências de economia solidária tenham garantias constitucionais.

Era isso o que tínhamos, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro de Breves Comunicações, com a palavra, por até dez minutos, o deputado Kennedy Nunes, que fez uma troca com o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados aqui presentes, quero mandar um abraço ao pastor e aos vereadores de Saltinho que se encontram nesta Casa. Meu carinho especial às professoras e aos professores de Joinville que vieram ao Parlamento para garantir que seus direitos não sejam usurpados. Tenho certeza de que esta Casa e o governo do estado serão sensíveis a esse pleito.

Ouvi atentamente a manifestação da deputada Ana Paula Lima, que abordou a paralisação dos professores da rede pública estadual. Sinceramente, deputada, quando v.exa. começou a falar da greve, do aumento da passagem do transporte coletivo, pensei que se estava referindo à cidade de Joinville, porque no governo de Carlito Merss estamos sofrendo todos esses problemas.

Faz 11 dias que a cidade está totalmente paralisada, houve uma adesão extremamente significativa do Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville, que é filiado à CUT. Assim, quando a deputada Ana Paula Lima começou a falar de greve e de aumento de passagem, pensei: que bom! Alguém do Partido dos Trabalhadores vai mandar um recado para o prefeito Carlito Merss!

Mas fiquei frustrado, sr. presidente, porque a deputada Ana Paula Lima não estava falando de Joinville. Ela não citou Joinville, mas eu quero falar de Joinville! Quero dizer, deputado Darci de Matos, que além do sofrimento da cidade com o desgoverno, com uma administração tresloucada, que não consegue colocar os pagamentos em dia e que faz uma previsão orçamentária que ninguém entende, tem a coragem de aumentar o IPTU acima da inflação, a água acima da inflação, a passagem dos ônibus também acima da inflação e ao servidor público nada!

Além disso, afirma o prefeito que pode ser que em janeiro de 2012 conceda um aumento aos servidores municipais, sendo que há algum tempo, quando houve um movimento de greve, prometeu muita coisa que ainda não cumpriu.

É incrível! Que pena que a maior cidade de Santa Catarina, Joinville, esteja descomprometida com uma gestão pública séria e esteja sendo colocada numa posição muito preocupante. Mais preocupante ainda, deputado Ismael dos Santos, é que o diretório estadual do PT esteve em Joinville na sexta-feira última, para tentar um diálogo com o prefeito que, inclusive, já foi membro desta Casa. Mas nada! O companheiro Carlito não ouviu os próprios companheiros de partido!

Ministro Gilberto Carvalho, anote esse nome! Se a Rede Globo o descobrir será contratado para a novela das 20h! Esse cidadão era o chefe de gabinete do presidente Lula quando todos os empregados da Buscar desembarcaram em Brasília. Pois bem. Ele fez tanto a mim como a todos aqueles que estavam na antessala do presidente chorar! Cheguei a "twitter" lá de Brasília, com os olhos marejados de lágrimas, o seguinte: "Encontrei alguém de posição e sério no Partido dos Trabalhadores. Esse homem é sensível".

Pois bem, esse cidadão nos enganou bonito. Depois pudemos observar que era tudo um jogo de cena, destinava-se apenas a enrolar, enrolar, enrolar. Tudo continua como dantes e a Buscar ainda tem um crédito de R\$ 600 milhões junto ao governo federal, que não está nem aí para os dramas dos empregados.

Sr. presidente, não gostaria de estar dizendo essas coisas desta tribuna, mas desafio que alguém consiga desmentir-me.

Em nome dos cidadãos joinvilenses, peço veementemente ao prefeito Carlito Merss que atenda ao sindicato. Atenda! Lembre-se de que há pouco tempo era o senhor que estava na rua com a bandeira da CUT desfraldada pedindo em prol dos servidores municipais.

Gostei, deputada Luciane Carminatti, v.exa. subiu no meu conceito, quando cobrou do governo estadual o pagamento do piso nacional - e concordo que o governo do estado deve pagar, sim, o piso -, mas cobrou também do governo federal o atendimento de reivindicações dos agricultores. Trata-se de uma posição coerente.

Agora, não dá para ocupar a tribuna e falar da greve dos servidores públicos estaduais e do aumento da passagem do transporte coletivo em Blumenau sem citar Joinville, que está sofrendo, deputado Ismael dos Santos. Se sofre agora por conta da paralisação, antes já estava sofrendo porque o governo municipal não funciona.

Srs. deputados, se v.exas. andarem pelas ruas de Joinville verão que o povo anda cabisbaixo, triste, com o moral baixo; as ruas estão esburacadas, parecem um queijo suíço! E para piorar, deputado Darci de Matos, na segunda-feira não ocorreu uma tragédia no nosso aeroporto, porque na hora da aterrissagem o piloto arremeteu em virtude de dois problemas: havia outro avião na pista, que não tem aderência suficiente para que as aeronaves pousem sob chuva. Ora, não pousar avião em Joinville sob chuva é a mesma coisa que fechar definitivamente o aeroporto, porque aquela cidade é o pinico de São Pedro!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, quero parabenizar v.exa. pela sua

exposição e pela sua forma irreverente de colocar a situação catastrófica, vergonhosa em que se encontra a maior cidade de Santa Catarina.

Parece-me que hoje o prefeito Carlito Merss reabriu as negociações com os servidores da Saúde por imposição do Ministério Público. Então, aquelas propostas, aqueles discursos em que prometia a valorização dos servidores públicos não se concretizaram. Pior do que não fazer, é prometer e não cumprir o que prometeu.

Então, a cidade está muito ruim, a greve preocupa muito Joinville. Estamos angustiados e reforço o seu apelo no sentido de que o prefeito reabra as negociações e, quem sabe, dê pelo menos a correção da inflação para os servidores públicos joinvilenses.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Isso é o mínimo, deputado. A situação do prefeito em Joinville está tão difícil que se ele pedir socorro para não morrer, ninguém vai acreditar que é verdade, tal o seu descrédito. E trata-se de um governante que lutou durante 20 anos para chegar aonde chegou e contou, inclusive, com o meu apoio. Eu fui o primeiro a ser desrespeitado com a falta de palavra e já rompi com essa administração no dia 13 de maio, portanto, há dois anos.

Joinville merece mais!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero pedir o mesmo empenho aos deputados da base do governo do estado para que se cumpra a lei do piso nacional do Magistério.

Quero também convidar os parlamentares para uma reunião no próximo dia 23, em Ilhota, no Morro do Baú, com a comissão de Defesa Civil, vereadores, prefeitos e a Associação dos Moradores do Baú, para que possamos ver *in loco* as obras que estão sendo realizadas naquela comunidade. Houve uma denúncia da falta de compromisso com relação às obras lá realizadas, que estão inacabadas, mal feitas.

Então, faço esse convite, lembrando a todos os deputados que manifestaram interesse de ir a Ilhota que o encontro será no dia 23, segunda-feira, partindo da Igreja Cristo Rei, no Baú Baixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de cumprimentar os meus conterrâneos de Joinville, que estão numa verdadeira peregrinação, no dia de hoje, pela Assembleia Legislativa, fazendo visita a diversos gabinetes. Inclusive, deram-me a honra da companhia no almoço. São professores aposentados que estão legitimamente procurando os seus direitos e tentando sensibilizar os deputados para que se integrem nessa luta que travam há tanto tempo.

Dizia-lhes, e repito para quem quiser ouvir, que não adianta de nada investirmos em segurança, em infraestrutura e em tantas outras coisas se não fizermos o investimento

que precisa ser feito na Educação. Se quisermos um futuro melhor para os nossos filhos, temos que priorizar a educação, porque só isso pode mudar efetivamente alguma coisa neste país. Não adianta querermos arrumar a casa que foi construída torta depois que ela está de pé. Precisamos começar quando a criança ainda está-se estruturando. É necessário dar-lhe o devido alicerce para que tenhamos jovens, adultos honrados, de bom caráter.

Isso começa em casa e na escola, hoje o professor faz o papel também de pai nas escolas deste país, praticamente tem dupla responsabilidade. É professor e pai, porque as famílias, como todos sabem, estão desestruturadas. A separação é algo comum no meio familiar. Os pais brigam, discutem duas vezes e na terceira vez já estão pedindo a separação. Os filhos é que sofrem as consequências, vão para a escola sem a estrutura que tinham antes, e os professores terminam tendo que fazer o papel de verdadeiros pais. Assim, defendo com veemência o direito desses professores de terem uma vida digna com um salário justo para poderem fazer esse papel que a nação necessita.

Dito isso, sr. presidente, quero voltar a um assunto que me diz respeito: os problemas da minha cidade, Joinville, e dos municípios que fazem parte da Grande Joinville.

Hoje conversava com o secretário da Infraestrutura, porque havia a garantia de que, na sexta-feira que passou, seria assinado o contrato com o BNDES para a liberação de R\$ 40 milhões. Esse fatídico valor está virando um drama em nossa vida, principalmente porque nós, parlamentares, somos muito cobrados. Esse contrato deveria ser assinado para podermos começar a construção do binário do bairro Vila Nova e uma série de outras obras de infraestrutura que precisam ser feitas em Joinville. Mas não foi dessa vez e o referido contrato ainda não foi assinado.

Estive com o secretário da Infraestrutura, nosso querido amigo Valdir Cobalchini, por quem fui muito bem recebido. Percebi sua sensibilidade com relação aos problemas de Joinville. Disse-me o secretário que no dia 8 de junho o governador vai assinar um pacote, que poderíamos chamar de pacote, para a infraestrutura de Santa Catarina. E dentro desse pacote estará incluída também a questão relativa aos R\$ 40 milhões do município de Joinville, que aguardamos com tanta ansiedade. Depois desse evento, em Florianópolis, o governador deverá ir a Joinville para fazer a mesma coisa.

Tínhamos certo conforto com o então governador Luiz Henrique da Silveira porque, afinal, era de Joinville. Nós, parlamentares, achávamos que como ele era da nossa cidade as coisas fluiriam da melhor maneira. Quando o governador Raimundo Colombo assumiu houve certa apreensão em nosso município por parte dos segmentos organizados da cidade e da região. O governador não era mais da nossa região, mas do planalto serrano. E aí bateu esta preocupação: como ficarão as obras de infraestrutura necessárias para a nossa cidade, agora que o governador estará mais voltado para a região sul e a serra?

Em função disso, o governador Raimundo Colombo foi convidado a participar de reuniões, já por duas vezes, na Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville. Para quem não sabe, Joinville possui mais de 1.400 indústrias e o maior PIB de Santa Catarina. E, para conforto de todos, sentimos que por parte do governador não existe

nenhuma intenção de esquecer ou de deixar em segundo plano o nosso município. Isso foi confortante. O governador fez a promessa de que iria dar continuidade ao que o governador Luiz Henrique da Silveira já havia se comprometido na nossa região.

Quero passar a vexas. uma informação com relação a BR-280, que dá acesso ao porto de São Francisco do Sul, às praias, e que é um verdadeiro problema para todos. É difícil a semana em que não morre alguém naquela BR. O prefeito Carlito Merres, quando era deputado federal, garantiu-nos que a obra iria acontecer porque tinha contatos em Brasília. Não aconteceu. E não foi por culpa dele, é bom que se diga, pois há sempre alguém que entra com embargo por algum motivo e complica tudo.

Mas agora teremos, até o final do mês, a assinatura do edital de licitação e a garantia, segundo informação que obtivemos no DNIT, no dia de hoje, de que começarão a roncar as máquinas no segundo semestre do ano que vem. Para nós é importante que ronquem essas máquinas! Vamos torcer para que isso seja verdade e que realmente aconteça.

Tenho mais um assunto para tratar, por isso peço ao presidente que me conceda mais 30 segundos para comentar sobre o que colocou o deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Concedo-lhe mais um minuto.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quando um avião chega a Joinville, precisa arremeter porque não tem condições de aterrissar por conta de problemas com o ILS, aquele aparelho que norteia os voos e faz com que o avião desça com tempo ruim. Esse ILS está virando uma novela na nossa vida. Estava nas mãos do ministro Nelson Jobim. O governador Luiz Henrique da Silveira até jantou na casa do ministro. Agora o problema saiu das mãos do ministro Nelson Jobim porque foi criado o ministério da Aeronáutica. Então, vai começar tudo de novo! Na semana que vem o secretário e um monte de pessoas falarão com o ministro da Aeronáutica para começar a novela do ILS novamente. Enquanto isso, vamos arremetendo e pensando em Curitiba.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Peço a v. exa. que presida a sessão para que possa fazer uso da palavra no horário destinado ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Srs. deputados e sras. deputadas, na semana que passou trouxe à tribuna desta Casa a questão da agricultura de Santa Catarina. Deputado Volnei Morastoni, v. exa sabe da situação, embora seja médico, bem como todos os demais parlamentares têm conhecimento.

Deputado Ismael dos Santos, trago um assunto que não é menos importante do que a produção de leite, que abordei na semana passada. Hoje, quero falar da suinocultura, pois se está realizando mais uma AveSui. A revista *Gessuli* há alguns anos realiza esse evento, reconhecendo, deputado Darci de Matos, a força que tem o agronegócio em Santa Catarina.

Pois bem. Visitando a AveSui deparamo-nos, deputado Neodi Saretta, com uma situação muito difícil, uma crise que tira a cada ano que passa mais pessoas da atividade. Com essa crise, há menos pessoas ainda na suinocultura, embora a maior contribuição ao PIB de Santa Catarina esteja nas exportações de carne. A exportação de carne suína e de aves dá à nossa balança estadual o maior índice, o maior valor de exportação.

Os dados que trago foram disponibilizados pela Associação Catarinense de Criadores de Suínos, porque Santa Catarina conta, atualmente, com 420 mil associados. Deputada Ana Paula Lima, v. exa. é de Blumenau, cidade em que se consome muito Joelho de Porco, eu gostaria que consumissem mais carne suína.

Temos ainda 420 mil matrizes no estado e produzimos, sras. deputadas e srs. deputados, 6,2 milhões de cabeças por ano, segundo o presidente da ACCS, Losivanio Luiz de Lorenzi. Esses dados mostram a importância que tem a suinocultura em Santa Catarina. Produzimos em torno de 2,5 milhões de toneladas de milho. E o milho e a soja são as principais matérias-primas para a produção de suínos, aves e leite. Consumimos mais de 4,8 milhões toneladas. Portanto, há um déficit na produção de milho de aproximadamente dois milhões de toneladas.

O deputado Romildo Titon é da região de Campos Novos, que produz muito milho. Hoje o milho está num preço que agrada o produtor, de R\$ 29,00 a R\$ 30,00 a saca. Mas, por outro lado, como disse, a matéria-prima principal na produção de suínos são o milho e a soja, e o preço do suíno varia entre R\$ 2,10 e R\$ 2,00 o quilo.

A Embrapa, órgão do governo, tem contribuído muito na questão da suinocultura, da avicultura, da produção de leite no estado de Santa Catarina e no Brasil. Os seus dados oficiais mostram que o quilo do suíno produzido em Santa Catarina custa R\$ 2,65. Quer dizer que, para o produtor, há um prejuízo de R\$ 50,00 a R\$ 60,00 por animal produzido.

Como disse no início da minha fala, Santa Catarina produz 6,2 milhões de suínos. Multiplique-se e ver-se-á o prejuízo, deputado Onofre Santo Agostini, que recai sobre os que trabalham no campo. Por outro lado, produzimos, aproximadamente, 700 mil toneladas, sendo que dessas, 200 mil toneladas são destinadas à exportação.

Pergunto: quanto ganha o produtor de suínos? Ele vende a carne por R\$ 2,10 o quilo. E o consumidor, no mercado, paga por um quilo de carne suína, carne *in natura*, entre R\$ 8,00 e R\$ 14,00. Se formos comprar no supermercado presunto fatiado, pagaremos entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00 o quilo e se pegarmos outros produtos, como salame, pagaremos de R\$ 28,00 a R\$ 30,00 o quilo.

Então, entre o preço que o produtor recebe e aquele que o consumidor paga, há uma diferença muito grande, uma diferença que faz com que aqueles que precisam consumir se sintam impossibilitados e aqueles que precisam produzir tenham que abandonar a atividade porque não conseguem sustentar sua família. Essa é a situação da agricultura brasileira!

Enfim, para os produtores parece que é proibido ter lucro. Difícilmente há uma atividade que possamos dizer que é rentável, que dá lucro. Por isso é que das 250 mil famílias que viviam na agricultura em Santa Catarina, há menos de 20 anos, hoje são apenas 150 mil e se não tomarmos

providências, teremos somente 100 mil famílias e, quem sabe, menos que 100 mil. Com isso, vamos continuar vendo as periferias das cidades crescendo, o povo saindo do campo sem ter o que fazer, morando na cidade, às vezes com um nível de vida abaixo do anterior.

Aproveitando os últimos minutos que me restam, quero deixar registrado que tive a oportunidade de estar hoje com o secretário da Fazenda, Ubiratã Rezende. Tenho o maior respeito pelos professores, por essa classe que convive com os nossos filhos grande parte do tempo de suas vidas. O professor, aprendi quando criança e ia para a escola, é aquele que ajuda, juntamente com os nossos pais, na educação dos nossos filhos. Mas ele está passando por uma situação, deputado Manoel Mota, muito difícil.

Sou de uma época em que o professor, no interior, ia trabalhar na escola com um Fusca, com uma Brasília, que eram os carros daquela época. A maioria desses carros era dos professores. Contudo, o professor, hoje, com um salário de R\$ 1.200,00, não consegue nem sustentar a sua família.

Sei que a situação é difícil também para quem tem que buscar os recursos para pagar o piso. Mas às vezes temos que sacrificar alguns investimentos para fazer justiça aos professores, aqueles que têm a responsabilidade de ensinar, de fazer com que tenhamos um país mais culto, mais esclarecido e com melhores condições.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Moacir Sopesla, quero reforçar as suas palavras, pois a profissão de professor é sagrada, é difícil e todos temos que reconhecer e valorizar essa atividade em Santa Catarina.

O governador Raimundo Colombo, que iniciou sua administração há poucos meses, tem o maior respeito e o maior carinho por essa classe e vai cumprir com a Lei Maior e pagar o piso salarial do Magistério. Ontem conversei com o secretário da Educação, Marco Tebaldi, no sentido de evoluirmos nas conversações a esse respeito, a fim de evitarmos a greve, porque ela é ruim para os professores, para a comunidade e para o governo. Ninguém ganha com a greve, mas a comunidade é a que mais perde.

Portanto, tenho a convicção de que estamos num estado maduro, evoluído e haveremos de chegar a um consenso, valorizando o professor e concedendo-lhe um reajuste que o estado possa suportar. Acredito nesse entendimento para o bem dos professores, para o bem do governo e, sobretudo, para o bem de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, pelo seu aparte.

Para finalizar, quero dizer que tenho absoluta certeza, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que está prestando atenção ao que estamos falando, pois é uma grande defensora da educação, que não há deputado da Situação ou da Oposição que não reconheça que R\$ 1.200,00 é um salário muito pequeno para um professor. Mas também temos que deixar registrado o empenho do secretário da Fazenda, o empenho do governador e do vice-governador, deputado Manoel Mota, para solucionar esse problema, porque a greve não é boa para ninguém, nem para o professor.

Então, precisamos juntar-nos para buscar uma solução para essa questão. O governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira e nós, deputados, precisamos dar um final feliz a essa novela, para que as coisas possam caminhar da forma que todos desejam, especialmente para os professores, no sentido de que alcancem os seus objetivos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, daqui a pouco a dra. Priscilla Linhares Albino, do Ministério Público, vai utilizar um espaço neste plenário para falar sobre o trabalho excepcional que o MPE vem realizando em Santa Catarina, no combate aos crimes cibernéticos, à pedofilia, exatamente no Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantojuvenil.

Estamos ansiosos para ouvi-la, dra. Priscilla, e não posso deixar de fazer algumas observações a respeito deste tema atual, pertinente e que requer um esforço de todos nós, para que possamos constituir uma verdadeira cruzada no sentido de ajudar o Ministério Público e as autoridades policiais a colocarem definitivamente, deputado Ismael dos Santos, os pedófilos, os criminosos, os bárbaros atrás das grades.

Sr. presidente, hoje é um dia de mobilização, é um dia de realização de palestras, de distribuição de material, é um dia em que Santa Catarina e o Brasil se mobilizam para dar apoio às nossas autoridades, para que possamos diminuir e acabar com esses crimes bárbaros que acontecem todos os dias.

Esta semana a Polícia prendeu um bandido que participava de uma rede internacional de pedófilos, que morava em São José, no nosso território. Ele é um bancário, portanto, uma pessoa de classe média. Isso significa dizer que eles estão por todos os lugares e muitas vezes próximos de nós.

Quero também dizer que os dados de violência sexual, em Santa Catarina, assustam-nos. Segundo o Disque 100, no ano passado houve 600 denúncias; dessas, em torno de 30% diziam respeito a crimes de exploração sexual, que muitas vezes, dra. Priscilla, ficam impunes exatamente porque são praticados por pais, padrastos ou parentes. Diante disso, os familiares não comunicam às autoridades policiais.

Sr. presidente, quero informar também que sou autor de uma lei - é deselegante falar sobre aquilo que se faz - referente às *lan houses*, que foi aprovada por unanimidade neste plenário. Inclusive, o deputado Kennedy Nunes fez uma ação rápida junto ao governador em exercício naquele momento, para que a lei fosse sancionada. Essa lei foi objeto de matéria na mídia nacional e exige que os usuários de *lan houses* em Santa Catarina registrem o RG, o IP do computador utilizado, o telefone, o endereço, o nome e o horário em que o computador foi utilizado. As *lan houses* também têm que instalar câmeras de monitoramento.

Ora, com essa lei estamos dando elementos para que a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Ministério Público possam prender os criminosos que utilizam a internet, essa

poderosa ferramenta quando utilizada para o bem, mas também poderosa quando utilizada para o mal, principalmente no que diz respeito aos pedófilos.

Recebi, há poucos dias, uma sugestão da promotora de Justiça, Priscilla Linhares Albino, para que propuséssemos uma emenda a essa lei, no sentido de aperfeiçoá-la e criar mecanismos de proteção aos adolescentes que utilizam as *lan houses*. Essa emenda, dra. Priscilla, tramitou na comissão de Constituição e Justiça, já passou pela comissão de Segurança Pública e muito em breve deverá ser apreciada por este Plenário, quando certamente deverá ser aprovada.

Sr. presidente, tudo aquilo que fizemos no sentido de dar uma contribuição às autoridades policiais, ao Ministério Público para que possamos punir esses criminosos bárbaros é muito pouco diante da gravidade desse problema em Santa Catarina e, sobretudo, no Brasil. Portanto, a Assembleia Legislativa também está participando dessa campanha que o Ministério Público realiza.

Hoje, deputada Luciane Carminatti, é um dia de mobilização, é um dia de conscientização, é um dia de conjugação de forças, sobretudo da sociedade civil organizada, para que possamos implementar ações no sentido de prender os pedófilos que atacam covardemente as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Queremos, portanto, deixar os nossos elogios à Polícia Civil, à Polícia Militar de Santa Catarina e ao Ministério Público pelo trabalho eficiente, inteligente, corajoso e ousado que tem feito para punir os crimes cibernéticos em nosso estado. Inclusive, tive o prazer de participar do lançamento de uma campanha que está sendo realizada em nosso estado, dra. Priscilla, na sede do Ministério Público.

Daqui a alguns minutos a senhora vai fazer uso da palavra neste plenário e com certeza trará informações fundamentais, precisas e importantes para que este Parlamento possa continuar dando uma contribuição significativa no sentido de combater a exploração sexual infantojuvenil que acontece em Florianópolis, em Santa Catarina, no Brasil e no mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, dia 18 de maio, é o Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

Particpei de perto de todo o movimento no Brasil - isso fez parte, inclusive, do meu trabalho no meu primeiro mandato de deputado estadual -, com vistas à reforma psiquiátrica brasileira, que ensejou a lei de autoria do deputado federal do PT, Paulo Delgado, que ficou durante muitos anos nas gavetas do Congresso Nacional, mas que felizmente foi aprovada e já tem dez anos de vigência.

No dia 6 de maio, há poucos dias, portanto, completamos exatamente dez anos da edição da lei da reforma psiquiátrica brasileira, a Lei n. 10.216, que contém princípios defendidos pela luta antimanicomial, contra os manicômios.

Os manicômios, na história da medicina brasileira, foram um dos mais

importantes capítulos da indústria da doença. Os manicômios eram verdadeiras cadeias e prisões, que com os seus grilhões prendiam pessoas ditas "loucas", entre aspas, ou "doentes mentais", entre aspas. Mas quem são os verdadeiros loucos ou doentes mentais? De médico e de louco, todos nós temos um pouco, como de poeta e de louco, todos temos um pouco.

Na verdade, o movimento antimanicomial também preconizou que se usasse o termo "pessoas portadoras de transtornos psíquicos" para melhor definir, em vez de chamar de doente mental e de tantos outros nomes. Eu mesmo tive a oportunidade de acompanhar isso de perto. Quando fui a Trieste, na Itália, numa das oportunidades em que pude viajar pela própria Assembleia, visitei o hospital daquela cidade que é um dos berços da reforma psiquiátrica italiana. Lá conheci o dr. Franco Rotelli, um psiquiatra italiano, que foi o sucessor, podemos assim dizer, do dr. Franco Basaglia, o precursor da reforma psiquiátrica européia, a partir da Itália e da Inglaterra. Pude visitar, naquela oportunidade, um hospital que antigamente tinha mais de dois mil leitos, como os grandes hospitais psiquiátricos, com milhares de pacientes internados, mas que naquela oportunidade, já fruto da reforma psiquiátrica italiana, não chegava a ter 100 pacientes hospitalizados, porque a imensa maioria já tinha passado pela desospitalização, que é a base da própria reforma psiquiátrica.

Aquele hospital se tornou hoje uma grande escola para desenvolver as faculdades intelectuais, artísticas e criativas e para deixar o espírito livre das pessoas taxadas de doentes mentais. E tudo o que presenciei, depois veio para o Brasil. E qual foi a base aqui? A desospitalização. Visitei, no início da minha luta, o então Hospital Colônia Santana, na Grande Florianópolis, e conheci uma paciente que estava internada desde 1953. Ela estava há mais de 50 anos internada! Isso mostra a cronificação de doenças e a manicomização de pacientes, fruto de um sistema hospitalocêntrico, que não serviu para realmente curar ou melhorar a qualidade de vida dos pacientes psiquiátricos.

Por isso a proposta central era de recuperar a cidadania dessas pessoas, mesmo portadoras desses transtornos psíquicos das mais variadas ordens e graus. Mas são cidadãos e a cidadania teria que ser reconquistada - e somente internar em último caso - através de uma rede de serviços, com uma equipe especializada multiprofissional, incluindo a assistência social.

E aí nasceram os Centros de Atenção Psicossocial, os Núcleos de Atenção Psicossocial e até as chamadas Residências Terapêuticas. Aqueles que perdessem todo o vínculo familiar e que não tivessem mais como ser encaminhados para as suas famílias teriam as Residências Terapêuticas, em último caso. E até foi criado na reforma o programa De Volta para Casa, para que esses pacientes voltassem para o seio da família, da sociedade.

O tratamento se daria nos novos centros, nos novos serviços, obedecendo a uma ordem do SUS, que é a municipalização e a regionalização, com uma equipe multiprofissional, com a presença da família, que é fundamental, além de os próprios usuários organizarem-se e terem uma convivência familiar.

Deputado Ismael dos Santos, v.exa. luta contras as drogas. Nós, quando lutamos com as questões psiquiátricas e com os transtornos psíquicos, também incluímos, muitas vezes, os dependentes químicos e de

álcool. Tanto que nos chamados Caps há os Caps AD - Álcool e Droga Dependentes. E esses Caps também podem ser de várias modalidades, dos tipos I, II e III. Os do tipo III têm até atendimento 24h, incluindo leitos para rápidos tratamentos de desintoxicação, por exemplo.

Neste momento, sr. presidente, estou recordando essa luta que faz parte de um dos capítulos mais importantes da história da saúde recente. Agora precisamos fazer um balanço, como um dos propósitos da comissão de Saúde da Assembleia. E já estamos correndo o estado com várias audiências públicas, para avaliar a situação da saúde, dos hospitais e PSF.

Também criamos o Fórum dos Pequenos Hospitais, que o deputado Mauro de Nadal vai coordenar. E vamos percorrer todo o estado numa programação para levantar a verdadeira saúde dos pequenos hospitais, que é vital para os grandes hospitais e para toda a situação da saúde. Mas vamos também ter que incluir na nossa agenda, deputado Sargento Amauri Soares - e v.exa. faz parte da comissão - , a saúde mental, deputado Valmir Comin, pois precisamos fazer um balanço para saber como está a relação do governo do estado, da secretaria estadual, com a saúde mental em Santa Catarina, e como os municípios estão cumprindo a sua parte.

Na época, visitamos os serviços de Rio Maina, em Criciúma, e de Bocaina do Sul; visitamos uma ala psiquiátrica do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville; visitamos o antigo Hospital Colônia Santana e agora, Instituto de Psiquiatria e o Instituto São José de Psiquiatria. Temos que passar novamente em visita a esses serviços e cotejar isso com o propósito da reforma psiquiátrica brasileira e ver como está, em Santa Catarina, a situação dos pacientes portadores de transtornos psíquicos.

Por isso reafirmo, neste Dia da Luta Antimanicomial, o nosso importante propósito de continuar fazendo a nossa parte com relação à situação dos hospitais e dos serviços de atenção à saúde mental, que ainda continua um cabo de guerra.

Tenho em mãos uma matéria da *Folha de S.Paulo* que, na sua parte sobre saúde, faz referência aos dez anos da reforma psiquiátrica.

(Passa a ler.)

"Saíndo do hospício

A reforma psiquiátrica completa dez anos em meio a críticas dos médicos que questionam a redução das internações e a falta de estrutura para emergências."[sic]

De qualquer forma, temos um saldo muito positivo e precisamos continuar avançando na construção da cidadania na saúde para os pacientes de transtornos psíquicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvío Dreveck, nosso ilustre amigo e um grande representante da região norte, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, o assunto que trago, hoje, diz respeito ao encontro que vai acontecer na próxima sexta-feira. Deputado Reno Caramori, v.exa. que também percorreu o meio-oeste e o oeste no final de semana, sabe que vamos tratar do assunto ferrovias.

A abertura da Conferência da Unale, conferência esta que é relevante em vários aspectos, será hoje, às 20h. Nela teremos a oportunidade de ouvir muitos palestrantes, economistas e conhecedores da proposta de reforma política, o que é muito importante. No dia de amanhã haverá várias palestras. Parece, segundo o deputado Joares Ponticelli, que o número de inscritos é o maior de todos os tempos.

Deputado Reno Caramori, presidiremos o Parlasul até o mês de outubro, em função do afastamento do deputado Maurício Picarelli, de Mato Grosso do Sul, e já na sexta-feira estaremos coordenando um encontro com os parlamentares dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contaremos também com a presença, deputado Moacir Sopelsa, de parlamentares das províncias de Tucumán, Jujuy e Salta, entre outras, da Argentina, além de deputados da Espanha e do Chile.

Deputado Nilson Gonçalves, na sexta-feira, no encontro do Parlasul, quando vamos debater o sistema ferroviário brasileiro, contaremos com a presença do deputado federal Pedro Uczai; do deputado Adão Villaverde; da professora Ceci Juruá, economista da Universidade do Rio de Janeiro; e também de Lara Marina Martinez Caro, procuradora da República em Uruguaiana. O tema, como já disse, será o sistema ferroviário brasileiro, mas, em especial, o de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Vamos fazer uma apresentação, deputado Reno Caramori, do sistema catarinense. Em primeiro lugar, faremos uma demonstração do que existia e do que existe hoje. Em muitos municípios as linhas estão desativadas. A linha de Porto União a Canoinhas está desativada; a extensão com o estado do Paraná, Irati e Ponta Grossa também está desativada. Seguindo em direção aos municípios de Joaçaba e Videira, se não me falha a memória, em todo o vale do Rio do Peixe, que fazia a ligação com Marcelino Ramos, vemos que a linha também está desativada. A única linha que está ativada na nossa região é a Lages/Mafra/São Bento do Sul/São Francisco do Sul, deputado Nilson Gonçalves. Parece-me que essa concessão foi equivocada, porque deixou esses municípios de fora. E para a empresa está sendo ótimo porque está obtendo bom resultado, e é lógico que ninguém vai ter uma empresa para não obter lucros.

No entanto, não se poderia desativar o sistema ferroviário do dia para a noite, deixando o sistema rodoviário brasileiro nessa situação caótica. A cada dia dependemos mais do transporte rodoviário e, por mais que se façam ferrovias, elas serão insuficientes, mas desativar as que já existiam foi, no mínimo, um equívoco.

Quero dizer que entrarão em debate também os projetos futuros, como o projeto de uma linha que vem do Mato Grosso do Sul, passa pelo Paraná e chega ao oeste catarinense. É importante ressaltar que o projeto leste/oeste, ou seja, do nosso litoral ao oeste, destaca o sistema portuário, que permite fazer toda a logística no transporte ferroviário, trazendo ou levando produtos desde o Mato Grosso do Sul, passando pelo Paraná e chegando ao nosso estado. Já há estudos preliminares de que há viabilidade econômica, com retorno de produtos, equipamentos e matérias primas também do sul para o centro oeste brasileiro.

Portanto, vamos ter, com certeza, um debate produtivo, para o qual convidamos as lideranças dos estados de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, mas principalmente os empresários, os prefeitos e os vereadores do planalto norte, do oeste e do meio-oeste catarinense, que têm interesse em debater esse tema.

Faço ainda um convite aos colegas para que na sexta-feira, no Costão do Santinho, debatamos essa matéria que é extremamente relevante, dessa feita com a presença também dos países vizinhos: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Quero parabenizá-lo por suas colocações, mas principalmente pelo tema que aborda, referente ao sistema modal do país.

A opção do Brasil, décadas atrás, pelo sistema rodoviário mostrou-se totalmente equivocada. Hoje se fala até em colocar trilhos de trem sobre o asfalto. Quer dizer, é um absurdo!

Dias atrás tive acesso a uma estatística sobre o custo Brasil. O preço do transporte rodoviário é de R\$ 110,00 por tonelada. Já no sistema ferroviário, o preço cai para R\$ 75,00 por tonelada. Além disso, quando todo o sistema ferroviário estava estatizado, tínhamos 22.000km de rede ferroviária e depois da abertura para as PPPs já estamos com 28.000km e ao invés de déficit passamos a ter superávit.

Com certeza, deputado, essa é a grande saída para um país com dimensão continental, que tem um povo ordeiro e trabalhador. Para Santa Catarina, um estado eminentemente exportador, é necessário um bom sistema de escoamento da produção para competir no mundo globalizado.

Nossos cumprimentos!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Deputado, Valmir Comin, agradecemos a sua grande contribuição e para concluir queremos dizer que a nossa dificuldade de competir reside justamente no custo Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, queremos registrar a presença do secretário de Controle Interno da prefeitura de Itapiranga, que se encontra nesta Casa com o prefeito Milton Simon, do Partido dos Trabalhadores daquele município.

As nossas boas-vindas aos companheiros de Itapiranga!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Dirce Heiderscheidt.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Gostaria de registrar a presença, neste Parlamento, da deputada Josi Nunes e do deputado Iderval Silva do estado de Tocantins.

A nossa saudação, sejam bem-vindos neste Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Antes de prosseguirmos com a Ordem do Dia, teremos a explanação da sra.

Priscilla Linhares Albino, promotora de Justiça de Santa Catarina, representante do Ministério Público, que fará uma grande parceria com esta Casa.

Por isso, vamos suspender a sessão por dez minutos, para que a nossa promotora Priscilla Linhares Albino, que é uma grande presença na Assembleia Legislativa, possa expor os assuntos relativos ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantojuvenil.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, não poderia deixar de dizer, depois da palavra da promotora, pelo menos duas coisas. Quando ouvi a promotora falar da prisão desse vagabundo, lembrei-me, deputado Dado Cherm, de quando fiz a denúncia aqui e ocorreu em seguida a prisão de 14 pessoas, contribuindo para o projeto de um dos srs. deputados.

Agora, promotora, vou dar um depoimento pessoal. Pelo que já vi sobre pedofilia, sr. presidente, baseando-me na investigação feita pela Polícia Civil de Santa Catarina, deputado Nilson Gonçalves, que foi a única no Brasil que conseguiu autorização da Justiça americana para buscar na Microsoft o HD virtual da pedofilia dessa rede que foi presa, tomei a atitude, em minha casa, de não usar mais a *webcam*, pois, segundo a Polícia, ela é a maior porta de entrada para a pedofilia. Tenho dois filhos, uma menina de 13 anos e um menino de 11 anos. Além disso, na minha casa, o computador da minha família, sr. presidente, fica na cozinha e o monitor fica virado não para a parede, mas para um lugar onde todos passam ver as páginas acessadas na *internet*.

Já estou fazendo o meu papel de pai e que todos façam o mesmo. Precisamos ficar bem atentos porque uma pessoa, não sei se dá para dizer que é uma pessoa, deputado Nilson Gonçalves, que faz isso, comporta-se como criança, como adolescente nas redes sociais, nos brinquedos *on-line*, depois se dirige ao MSN e começa a praticar pedofilia.

Então, quero chamar a atenção de todos os pais para esse problema, para esse dado importante, sr. presidente, que está estampado no *folder* da campanha: "Mais de 500 crianças e adolescentes são abusados sexualmente todos os meses em Santa Catarina".

Em Santa Catarina mais de 500 crianças sendo abusadas sexualmente! Esse dado assusta e esta Casa tem toda razão em tomar esse tipo de providência junto com o Ministério Público, contando com a participação dos pais, para que façam a fiscalização do mundo virtual.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria apenas de reforçar o que o deputado Kennedy Nunes falou sobre o trabalho feito pela Polícia Civil

catarinense, o melhor trabalho em nível de Brasil. Pela primeira vez, a Polícia conseguiu que a Microsoft apresentasse todos os registros, chegando, inclusive, a expedir um mandado de prisão ao presidente de Microsoft. Isso foi negociado depois pelos advogados da empresa em São Paulo e eles abriram todos os registros.

Então, o delegado Renato Hendges, da Polícia Civil, fez um trabalho brilhante. Quem viu as fotografias que aqueles pedófilos fizeram ficou chocado. Inclusive, nós, policiais, que somos acostumados a ver cenas chocantes de acidentes, de crimes, ficamos chocados com aquelas imagens. Esse trabalho tem que ser feito, porque a maior violência que se pode imaginar é a praticada pelos pedófilos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero parabenizá-lo pela competência com que tem conduzido essa campanha, juntamente com o Ministério Público. Com certeza, essa campanha é um fato relevante para o Parlamento catarinense.

Estava lendo um material nos últimos dias e, sinceramente, sr. presidente, 500 casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes em nosso terreno, nas nossas barbas, é uma vergonha para Santa Catarina!

Portanto, não temos que falar apenas hoje, no dia nacional de combate contra esses crimes, temos que estar mobilizados todos os dias, em todos os momentos, em todas as horas, para que possamos ajudar as autoridades a colocar na cadeia esses bandidos, esses criminosos bárbaros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Obrigado, deputado Darci de Matos!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Quero fazer o registro da presença, nesta Casa, do presidente da Câmara Municipal de Saltinho, vereador Lauri Sebastião Gonçalves da Silva, bem como do vereador Alaerco Pelentir, acompanhado do secretário da Saúde, Valdir Olívio Pereira dos Santos, do sr. João Gabriel Machado e do pastor João Maria Antunes.

Sejam bem-vindos!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação à redação final do Projeto de Lei n. 0112/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0080/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0560/2009, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóveis no município de Florianópolis (Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Administração).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria apenas de repassar aos srs. deputados que a orientação do governo à base aliada é pela manutenção do veto, justamente por se tratar de uma sala que estava destinada à Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Administração no Centro Administrativo. O governo, contudo, tem a intenção de que essa sala seja ocupada por servidores do próprio Centro Administrativo.

Dessa forma, encaminho pela manutenção do veto, por gentileza, porque há a intenção do governo em ocupar aquela sala nos serviços administrativos ao atendimento à população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação é nominal e será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim" e seis votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0003/2008, de autoria da Mesa Diretora, que aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, esse projeto de resolução da Casa, que já tramitou na legislatura passada, estava arquivado, voltou a tramitar e pedi vistas na comissão de Constituição e Justiça. Fiz questão de devolvê-lo no dia de ontem e até fiz referência à persistência do deputado Joares Ponticelli quanto ao debate dessa matéria, que propõe, inclusive, reformas constitucionais.

Esse projeto de resolução, na verdade, objetiva que a nossa Assembleia adira a essa proposta, assim como outras Assembleias Legislativas já o fizeram. Se aprovamos esse projeto, a nossa Assembleia será a décima quarta a encampar a proposta de encaminhar proposição ao Senado Federal para mudar a Constituição da República.

Sr. presidente, manifestei-me contra no dia de ontem, mas achei importante devolver o processo para que ele continuasse a tramitar nas comissões. Dei meu voto contrário ao conteúdo porque embora trate de quatro anexos com muitas propostas interessantes, há também propostas muito complicadas, que não foram discutidas suficientemente na nossa bancada. Temos que nos aprofundar!

Por exemplo: há um dispositivo que permite que por maioria as duas Casas do Congresso Nacional apresentem projetos que versem sobre matérias que hoje são da iniciativa exclusiva da Presidência da República.

Há outros assuntos tratados que nos deixam preocupados. É preciso aprofundar essa discussão previamente. Porém, em homenagem ao congresso da Unale que inicia hoje, tendo o deputado Joares Ponticelli como presidente, da nossa parte, embora votando contra a matéria, permitimos que ela tramitasse na comissão de Constituição e Justiça.

Repito, o nosso voto será contra pelas razões já explicadas, mas permitimos que a matéria fosse adiante, tramitasse na comissão de Constituição e Justiça e chegasse ao plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, desde 2008 estamos nessa luta na Casa, e v.ex.a. acompanhou. O presidente do Colégio dos Presidentes era o deputado Barros Munhoz, de São Paulo; depois o deputado Alberto Pinto Coelho, que hoje é o vice-governador de Minas Gerais, e atualmente o presidente é o deputado Diniz Pinheiro, que já está em Santa Catarina para o congresso da Unale.

Quero, em primeiro lugar, agradecer o resgate do compromisso pelo deputado Volnei Morastoni na comissão, ontem, e agora, no plenário. Ele tem razão quando diz que são alterações complexas que se pretende fazer na Constituição. É verdade. São vários dispositivos da Constituição Federal que pretendemos alterar.

Entendo que as mudanças são necessárias, e a maioria entende assim, porque o que queremos é poder legislar de forma concorrente em matérias como educação, saúde, previdência, direito agrário, propaganda, licitações, a fim de dar mais autonomia para os estados, porque as decisões, a partir da Constituição de 1988, ficaram muito concentradas nas mãos do Congresso Nacional, que ele está muito longe da sociedade. Tanto é verdade que hoje tem início a 15ª Conferência da Unale e revendo as atas das conferências anteriores, percebemos que em todas se debateu a reforma política, mas nada dela acontecer!

Srs. deputados, se tivéssemos alterado, por exemplo, o dispositivo que pretendemos alterar agora, deputado Moacir Sopelsa, referente ao direito agrário, o nosso Código Ambiental já estaria vigorando plenamente. Então, o que queremos é iniciar esse debate.

Havia me comprometido com o presidente, deputado Gelson Merisio, de, no dia da conferência, apresentar o decreto da nossa Assembleia, que será a décima quarta a fazê-lo, representando, o mínimo constitucional para propor as alterações da Constituição Federal. É claro que essas alterações vão ter um longo e grande debate no Senado da República, e é lá que vamos ter que concentrar forças.

Então, o que estamos propondo é que a Assembleia de Santa Catarina integre-se a esse grupo que pretende mudar a Constituição Federal, para restabelecer o nosso poder de legislar. E refiro-me não apenas à

iniciativa parlamentar, mas também à do estado de Santa Catarina, que muitas vezes pretende implementar políticas públicas que se confrontam com a posição federal. Queremos ampliar o nosso poder para sair da reclamação, do muro de lamentações, porque não se pode propor praticamente mais nada, tudo é inconstitucional, tudo é vício tem origem, e o governo do estado também não tem tantas prerrogativas como tem o governo federal.

Até trago um último dado: já passamos de mil inscritos e encerramos as inscrições. Existem pessoas reclamando, porque deixaram para se inscrever na última hora, mas o problema é que não há mais como receber ninguém, porque não há mais estrutura hoteleira. Participarão nove delegações internacionais, desde a China, África, Espanha, países do Mercosul e o México. Inclusive, os eventos simultâneos já começaram; é uma grande conferência. As delegações de emissoras nacionais de televisão estão chegando, em função até da presença de um dos organizadores da Copa do Mundo na África do Sul, Henry Greenberg, que já está aqui desde ontem. Enfim, estaremos daqui a pouco no centro da discussão do Legislativo que pretendemos para os próximos quatro anos.

É nesse sentido que agradeço a posição do deputado Volnei Morastoni, da bancada, dos colegas deputados. Peço o voto e peço a v.ex.a., deputado Gelson Merisio, que no seu pronunciamento - e espero que todos os colegas estejam, daqui a pouco, na abertura do maior evento da história da nossa instituição - leve a resolução, cumpra com a nossa palavra e entregue ao Colégio de Presidentes a décima quarta Assembleia Legislativa a incorporar-se à proposta, número que já dá o quórum mínimo para apresentar a PEC - Proposta de Emenda à Constituição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão em primeiro turno o Projeto de Resolução n. 0003/2008, de autoria da Mesa Diretora, que aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com os votos contrários dos deputados Volnei Morastoni, Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta e Jailson Lima.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0276/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 3.354, de 1963, que reconhece de utilidade pública a Sociedade Educacional Tupy.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h29, destinada à votação da redação final da resolução aprovada, a fim de dar consequência ao apelo feito pelo deputado Joares Ponticelli, que será prontamente atendido.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 010ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h29, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopesla - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Propõe a suspensão da sessão do dia 19/5 para não prejudicar a 15ª Conferência da Unale.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NEODI SARETTA - Comenta a AveSui; pede o cumprimento da lei do piso nacional do Magistério.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Expressa apoio ao movimento do Magistério público do estado; apoia reivindicação dos professores aposentados de Joinville; procede à leitura de manifesto dos servidores do Ciasc.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Trata da pesca da tainha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, com relação ao pedido que fiz, agradeço porque v.ex.a. vai tomar as providências burocráticas para levar a resolução à Conferência da Unale daqui a pouco. Além disso, proponho que em função do grande número de inscrições e do desejo dos nossos deputados de participar do debate amanhã - os eventos começam hoje à noite e vão estender-se até sexta-feira à tarde -, a sessão de amanhã seja suspensa para não prejudicar o evento, porque amanhã de manhã já teremos a palestra do governador de Minas Gerais e no começo da tarde a do governador do Rio de Janeiro, falando de segurança pública.

Portanto, proponho a suspensão da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Joares Ponticelli, a sessão não será suspensa, ela não será realizada aqui, uma vez que os deputados estão todos convocados para participar do Congresso da Unale amanhã pela manhã. A nossa próxima sessão, tão logo esta seja encerrada, será na próxima terça-feira, no horário regimental.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0003/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Temos sobre a mesa uma PEC de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, inscrita por vários srs. deputados, que dá nova redação ao inciso I do art. 136 da Constituição Estadual.

Consulto os srs. líderes se votamos hoje ou deixamos para a próxima terça-feira, uma vez que o quórum não é propício para votarmos emendas constitucionais neste momento. Temos 26 srs. deputados e o quórum mínimo é de 24 deputados.

(As lideranças adiam a votação.)

Vamos votar a PEC na próxima terça-feira.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0287/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0288/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; 0289/2011, 0290/2011, 0291/2011, 0292/2011, 0293/2011 e 0604/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; e 0294/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0577/2011 e 0600/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0581/2011 e 0582/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0583/2011, 0584/2011 e 0605/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0585/2011, e 0602/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0586/2011, 0587/2011, 0588/2011, 0589/2011, 0590/2011, 0591/2011, 0592/2011, 0593/2011, 0594/2011, 0595/2011, 0596/2011, 0597/2011, 0598/2011, 0599/2011 e 0601/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0602/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0603/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Requerimento n. 0576/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel, ao diretor da Oi, ao gerente da Vivo, ao superintendente da TIM Celular e ao diretor da Claro Celular, pedindo a instalação de antena de telefonia móvel ou ampliação da área de cobertura na região do município de Acurra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo o quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0579/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente da Oi, pedindo a instalação de antena

de celular no final das ruas Franz Müller e Herman Kratz, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0580/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente da Oi, solicitando o sinal de internet banda larga no final das ruas Franz Müller e Herman Kratz, na região da Velha Grande, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n. 0044/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao governador do estado, apelando que atenda à reivindicação dos servidores da rede pública estadual de educação e manifestando apoio a essa categoria de trabalhadores com o cumprimento integral da Lei Federal n. 11.738.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0045/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao presidente da República e demais autoridades, manifestando contrariedade ao novo conceito da língua portuguesa aprovado pelo MEC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0056/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada ao Senado Federal, apelando pela aprovação do PL n. 0388/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0049/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao

secretário da Fazenda, solicitando informações sobre repasses relativos ao Fundo Social destinados às Apaes em 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0050/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Educação, solicitando informações sobre a previsão de reforma e ampliação na Escola Estadual Básica Juscelino Kubitschek de Oliveira, em Maravilha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, gostaria de abordar dois temas nesta tarde, nesta tribuna. O primeiro deles diz respeito a um evento de que participamos ainda há pouco, antes de iniciar esta sessão.

Está acontecendo uma grande feira de aves e suínos chamada AveSui 2011. Dentro dessa feira, há diversos eventos paralelos, entre os quais um promovido pelo INCS, Instituto Nacional da Carne Suína, denominado Novos Caminhos do Negócio Suinícola.

Tivemos a oportunidade de acompanhar a abertura desse evento e perceber a importância do próprio INCS, que foi criado há cerca de dois anos e que tem como principal objetivo difundir a carne suína, aumentar o seu consumo, além, é claro, de defender as atividades do setor.

A suinocultura é muito importante para Santa Catarina. Hoje existe o sistema integrado, que é aqueles em existem as empresas integradoras, e há também um sistema independente de produção de suínos.

Ao longo dos anos essa atividade viveu altos e baixos, momentos de maior e de menor lucratividade para o produtor, mas em todos os momentos foi importante para a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo, pois atualmente é tida como uma das carnes mais saudáveis que existem.

Esse evento que está sendo realizado em Florianópolis, no CentroSul, é mais um momento importante para a divulgação do consumo da carne suína, mas também para que os produtores externem sua angústia, no sentido de ver viabilizada a sua produção, o seu ganho, para poderem manter-se na atividade.

A suinocultura, ao longo do tempo, como disse, tem intercalado momentos promissores com momentos angustiantes, quando, até de forma heróica, os produtores têm mantido a sua atividade, que é tão importante para a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo.

Então, faço esse registro, divulgo essa atividade, porque julgo importante.

O segundo assunto, sr. presidente, que não poderia deixar de abordar nesta tarde, refere-se à movimentação que o Magistério público catarinense está fazendo. É importante destacarmos que há diversos movimentos reivindicatórios que pedem reajustes. Uma coisa é quando alguém está pedindo reajuste, pois todos pedem, ora mais, ora menos. Isso é até meio que corriqueiro. Mas, neste caso em particular, estamos diante de uma situação em que não se trata de um pedido de reajuste, é muito mais que isso, é um pedido para o cumprimento de uma lei. Talvez seja uma das poucas vezes na história do estado de Santa Catarina em que se vê um movimento grande, um movimento paredista de professores em que eles estão pedindo a aplicação da lei.

Quando saiu a lei nacional do piso nacional de salário, infelizmente, teimosamente, Santa Catarina não quis cumprir aquilo que estava na legislação. Preferiu o caminho mais fácil, sob o ponto de vista do caixa, que era protelar esse pagamento, arguir a inconstitucionalidade da lei e fazer o caminho da discussão judicial. Mas agora o entendimento se tornou pacífico, posto que o STF julgou e entendeu que é constitucional a lei que criou o piso nacional do Magistério.

Um dado interessante que tenho acompanhado é que ouço as autoridades públicas estaduais dizerem que vão aguardar a publicação do acórdão para então cumprir a lei. Ora, a decisão já foi tomada, e por unanimidade! Os ministros entenderam que o piso é devido e entenderam também que o piso é o vencimento básico, não é o total da remuneração.

Portanto, já está absolutamente esclarecida a forma do cumprimento da decisão judicial. Deixar de cumprir uma decisão da maior Corte deste país coloca-nos, inclusive, numa situação de podermos até arguir se não estaria o governo sendo também, neste caso, defensor do não-cumprimento de decisões judiciais, deputado Sargento Amauri Soares, defensor do não-cumprimento da legislação vigente.

Por isso, entendemos que a luta dos professores neste momento é pelo cumprimento da lei, muito mais do que pelos reajustes que todos os anos são necessários. Estamos até diante do que poderíamos chamar de uma cruzada pela legalidade. Portanto, é importante que o governo do estado analise essa situação e dê urgência ao encaminhamento necessário.

A fonte de recursos já apresentamos, inclusive nesta Casa, através de duas emendas constitucionais. A primeira é relativa aos 25% destinados à Educação. Somente aí teremos cerca de R\$ 220 milhões a R\$ 250 milhões a mais por ano. Havia um cálculo inicial do governo que falava, sem mostrar planilhas, que o cumprimento do piso, deputado Kennedy Nunes, iria custar em torno de R\$ 9 milhões/mês. Chegou-se a falar até em R\$ 14 milhões por mês. Outros cálculos apontavam até R\$ 19 milhões por mês, o que representaria em torno de R\$ 250 milhões por ano.

Outra proposta que tramita nesta Casa, também de nossa autoria, é a proposição de aumento dos recursos referente aos 25% da Educação, o que eu acredito que já não dá mais para fazer, não só por causa do piso, mas por não se poder ter a Educação limitada somente aos 25%.

Nos oito anos em que tive a oportunidade de ser prefeito da querida cidade de Concórdia, nunca foram aplicados apenas 25% na Educação. Chegamos a atingir 31%, 32% em determinados anos. Então, precisamos

pensar também na decisão política da elevação do percentual com os gastos na Educação.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, não poderia deixar de fazer essa manifestação de apoio aos professores que estão mobilizados, como disse, não apenas por um reajuste salarial, mas por muito mais do que isso, pelo cumprimento de uma decisão da maior instância jurídica deste país, que é o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital nesta tarde de quarta-feira, quero, primeiramente, dizer da necessidade de discutirmos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Como muito bem falou a dra. Priscilla, na tarde de hoje, mais de 500 crianças e adolescentes são abusados sexualmente todos os meses no estado de Santa Catarina. Portanto, as sugestões para a alteração da legislação estadual são bem-vindas e devemos atuar nessa direção. Esse pelo menos é o nosso compromisso.

Recebemos, no dia de hoje, dos professores inativos de Joinville, um conjunto de documentos endereçado aos deputados do norte e nordeste de Santa Catarina. Não somos daquela região, pelo menos não moramos lá, embora tenhamos amigos e companheiros, mas essa é uma demanda, uma causa estadual e interessa a todos os cidadãos do estado. Portanto, precisa haver o debate por parte dos 40 deputados estaduais.

Fiquei feliz uma vez que ouvi diversas manifestações, na tarde de hoje, favoráveis à atuação do Poder Executivo para a implementação do piso nacional de salários no estado de Santa Catarina. Parece que agora há unanimidade no Poder Legislativo. O Poder Executivo precisa manifestar-se. Os meios de comunicação são 100% pelo Magistério público estadual. Parece que só agora os professores têm razão, mas eles têm razão há muito tempo, desde a primeira vez em que reivindicaram a implementação do piso nacional de salários, isso décadas atrás, mas especialmente desde o dia 16 de julho de 2008, quando a lei entrou em vigor. Portanto, vai completar três anos essa lei em nosso país.

O estado de Santa Catarina, que deveria estar cumprindo a lei desde aquela data, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas no dia 6 de abril o Poder Executivo catarinense perdeu no Supremo Tribunal Federal e agora precisa cumprir a lei.

Eu vou ler os cinco pontos da demanda dos professores aposentados, inativos, que estiveram aqui na tarde de hoje:

[Passa a ler.]

[...]

1 - Implantação imediata da referida lei (Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, do piso nacional de salários para o Magistério).

2 - Manutenção do plano de carreira do Magistério catarinense, instituído pela Lei Estadual n. 1.139/1992, preservando os direitos adquiridos:

a) Garantia do percentual entre as letras de A até G e entre os níveis de O1 a 12, adquirido pelo professor através de cursos de especialização e capacitação durante a sua vida funcional;

b) Manutenção da regência de classe, bem como a gratificação de função especializada e ministração[sic] de aulas;

c) Manutenção do percentual do triênio até o limite da legislação em vigor.

3 - Manutenção da gratificação de adicional de permanência.

4 - Manutenção da paridade instituída pela Emenda Constitucional n. 41/2003.

5 - Descompactação da tabela salarial prejudicada pelos seguidos abonos.

5 - Falta de dotação orçamentária não é motivo de adiamento da aplicação da referida lei, pois a lei é de 2008 e também porque existe dotação orçamentária da União para suplementar a aplicação do piso.”[sic]

Portanto, essa é a manifestação dos professores do norte do estado, mas com certa demonstração do sentimento de todos os professores do estado de Santa Catarina. Foram esses os documentos trazidos pelos professores aposentados que estão preocupados com o achatamento da tabela, pois acabariam ficando exatamente como estão hoje, com o mesmo salário.

Trago também, na tarde de hoje, srs. deputados, a manifestação do Sindicato de Empregados em Empresas de Processamento de Dados - SINDPD. A maioria desses empregados trabalha no Ciasc. Eu vou ler um folheto feito para o esclarecimento da população e das autoridades do estado.

(Passa a ler.)

“18 de maio de 2004: os trabalhadores do Ciasc não esquecerão.

O Sindicato de Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina (SINDPD/SC) envia anexada nota de manifestação pública referente ao 7º aniversário de uma fatídica audiência pública realizada em 18/05/2004. Naquela audiência, o SINDPD/SC questionou o contrato de prestação de serviço na área de informática entre uma empresa privada e o governo do estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 12 milhões, com a promessa de ser entregue em 38 meses um novo Sistema de Recursos Humanos para o estado. Até agora, após sete anos do prazo acordado para a entrega do serviço, talvez apenas 25% do trabalho a ser entregue foi executado. Para piorar a situação, não existiu transparência no processo, a contratação se constituiu em claro desperdício de dinheiro público, com o apoio explícito da direção do Ciasc (Centro de Informática e Automação de SC) à época. Os trabalhadores do Ciasc tinham plenas condições de realizar o serviço com custo infinitamente menor que o praticado. No governo seguinte ao que contratou a empresa privada nada foi feito para suspender tal situação. Agora, com o atual governo, também nenhuma atitude foi tomada. Por esse motivo estamos encaminhando esta manifestação e esperamos contar com seu apoio na defesa do serviço público de qualidade e do bom uso do dinheiro público.”[sic]

Li na íntegra, srs. deputados, esse documento assinado pela diretoria do SINDPD/SC.

O nosso compromisso é debater todas as questões a partir do posicionamento e do ponto de vista da classe trabalhadora e damos todo o crédito à direção do SINDPD, porque são companheiros que conhecemos há décadas e estão na defesa do serviço público, da moralidade e do Ciasc como empresa pública. Aliás, manifestaram em várias oportunidades que boa parte, senão a totalidade, do serviço de informática e de processamento de dados que todas as

empresas públicas do estado de Santa Catarina precisam, o Ciasc poderia fornecer, poderia executar se houvesse investimento, concurso público, contratação do pessoal e interesse político-administrativo por parte das autoridades.

No documento eles falam de um contrato do ano de 2004, de R\$ 12 milhões; dizem também que o grupo dos servidores do Ciasc apresentou uma proposta infinitamente mais barata a ser feita pela própria empresa. Mas, alegando a necessidade de rapidez, de urgência do serviço, a direção do Ciasc na época, em 2004, resolveu fazer com uma empresa privada, porque entregaria mais rápido, ou seja, em 38 meses. Trinta e oito meses era o prazo em que essa empresa entregaria o serviço pronto, mas já faz sete anos e fizeram somente 25% do serviço. A empresa é a Politec.

Então, o sindicato está enviando essa documentação para todos os deputados, a fim de que conheçam os fatos e manifestem-se a favor do serviço...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Meu caro companheiro, deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, deputado Kennedy Nunes, aqui presente, deputado Sargento Amauri Soares, apesar do adiantado da hora e do plenário mais vazio, vou fazer uma rápida manifestação. Não usarei todo o tempo. Até estava inscrito para falar em Breves Comunicações, no início da sessão, mas por algum motivo houve uma alteração.

Quero apenas para falar a respeito da pesca da tainha. Ontem recebi nesta Casa uma grande comitiva de empresários da minha cidade, Itajaí, que é o maior porto pesqueiro do Brasil, para tratar da pesca da tainha.

Todos sabem que estamos às vésperas da chegada da famosa e tão esperada safra da tainha. Hoje ainda o *Diário Catarinense* trouxe a seguinte nota: “De Olho no Mar. Um dia a tainha vai chegar. O tempo frio dá sinais de que a temporada de pesca será boa, mas o peixe ainda não apareceu em grande quantidade em SC.”[sic]

Isso quer dizer que, ainda timidamente, a tainha está chegando. Os pescadores acreditam que o peixe virá, bem como os profissionais do mar do sul do estado. Em Passo de Torres avistaram cardumes; em Garopaba e nos Ingleses, uma pequena quantidade foi capturada no domingo, mas ainda insignificante.

Quero que os pescadores artesanais, que dependem da safra da tainha, tenham os melhores resultados e possam realizar o seu trabalho com toda abnegação, com toda dedicação.

Neste momento, quero falar da importância da pesca da tainha para os pescadores embarcados na frota industrial de Itajaí, o maior porto pesqueiro do Brasil. Como me dizia ontem, um dos empresários, a tainha em Santa Catarina faz parte do folclore. Ela, na verdade, é o Natal dos pescadores artesanais, mas também é o Natal dos pescadores embarcados na frota industrial. Todos aguardam a sua chegada com muita ansiedade. Fala-se isso porque às vezes é na época da tainha que o filho ganha uma bicicleta, que se compra um eletrodoméstico para casa. Por isso é muito importante a safra da tainha. Mas como ela

vem, ela vai, é rápida. Aproximadamente 30 dias dura a temporada de captura.

E qual é a preocupação dos pescadores industriais? Eles estão, neste momento, no Tribunal de Contas da União, numa audiência para resolver um impasse.

Ontem, ao receber essa delegação de dezenas de empresários da pesca, de representantes do Sindipi - Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí -, do Conselho Nacional da Pesca e outros representantes da minha cidade, entrei em contato com o ministério da Pesca e do Meio Ambiente, sobre a instrução normativa que foi baixada, nos últimos dias, que estabelece no máximo 60 embarcações para receberem licenciamento para a pesca da tainha.

Essa é uma situação que causa um conflito, uma revolta no setor, porque há muito mais embarcações preparadas para a pesca esperando. E o Ministério Público do Rio Grande do Sul, baseado em dados e estudos, preocupado com os estoques da tainha e até com a preservação da espécie, acabou encaminhando ao Tribunal de Contas da União uma representação, um recurso, no sentido de diminuir o número de licenciamentos de 83, como estava previsto, para 60.

Estranhei isso porque o que tem a ver a safra da tainha, o licenciamento de barcos para a pesca da tainha com o Tribunal de Contas da União?! O Ministério Público Federal considera que a tainha é um recurso da União, um recurso natural, não um recurso financeiro. Assim, precisa haver o cuidado com a preservação da espécie, com a manutenção dos estoques. Essa é a razão da reunião da delegação de empresários da pesca de Itajaí e de Santa Catarina estar acontecendo neste momento, no Tribunal de Contas da União. Essa reunião tem a finalidade de discutir as Instruções Normativas do Ministério da Pesca n.s 171/2008, 005/2011 e 007/2011, que estabelecem critérios para a inscrição de embarcações e limitam o número delas.

Srs. deputados, com essas medidas está ocorrendo um problema muito sério. Acho que os empresários da pesca também têm razão quando dizem que limitar o número de embarcações não é o único critério para a preservação dos estoques, como dizem os amadores. Poder-se-ia liberar mais embarcações, mas estabelecendo uma cota para cada embarcação, deputado Jailson Lima. Por quê? Porque se os barcos não receberem licença, os pescadores embarcados ficarão sem trabalho, ficarão desempregados. E já estamos com problemas sérios em Itajaí, como a falta de mão de obra para as embarcações pesqueiras de pesca industrial em alto mar. Então, limitar significativamente o número de embarcações não é uma boa ideia. Poderiam ser estabelecidos outros critérios, como já disse, e manter as embarcações funcionando, inclusive os empregos dos nossos trabalhadores.

Espero que haja bom senso entre o ministério do Meio Ambiente, o ministério da Pesca, o setor empresarial, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União, que estão reunidos, neste momento, em Brasília, a fim de encontrar um caminho, uma proposta conciliatória, para que também o setor industrial da pesca e os seus trabalhadores sejam contemplados com essa importante safra da tainha.

Estão sendo feitos estudos pela Univali e pelo Cepsul, que estão preocupados com essas medidas, no sentido de preservar estoques e a própria espécie, que é importante para toda a pesca do sul do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Depois deste seu pronunciamento sobre a pesca da tainha, uma marca no sul do país, principalmente no estado de Santa Catarina, quero ressaltar, como médico, a importância do consumo de peixe para a saúde,

e a tainha tem um grande percentual de ômega 3, que é vital como elemento antioxidante. Parabéns pelo seu pronunciamento!

Srs. deputados, quero registrar, mais uma vez, que, em decorrência da 15ª Conferência da Unale, que está sendo realizada em Florianópolis, a sessão de amanhã está suspensa, tendo em vista que os deputados estarão participando desse evento, que conta com a participação de mais de 15 comitativas

internacionais, além de todas as Assembleias Legislativas do Brasil e que tem como coordenador o deputado Joares Ponticelli.

A Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala zero um de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Aldo Schneider Presidente, José Milton Scheffer, Vice-Presidente; Narcizo Parizotto; Dirceu Dresch, Adilor Guglielmi (Dóia), Mauro de Nadal e convidados os Senhores: Deputado Darci de Matos, Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, João Rodrigues, Ademir Hessmann e Hilário Gottisselg Presidente da FETAESC. Abertos os trabalhos, o Presidente agradeceu a todos os presentes. Seguindo fez uma explanação informando os Senhores Deputados sobre o assunto há ser tratado, e logo passou a palavra ao Presidente da FETAESC, que falou sobre a Consulta Pública 112/2010, que proíbe o uso de aditivo no fumo burley que ao apurar esse fumo ele perde todo o açúcar e fica imprestável, e são dezessete mil famílias no Oeste, Alto Vale e norte do Estado que plantam esse fumo, isso vale também para o fumo Virginia onde atinge o restante do Estado, sendo cinquenta e sete mil produtores de fumo em todo o Estado entre o burley e o Virginia. A 117 esta vinculada a propaganda, onde hoje metade da carteira é reservada para propaganda do Governo e metade para as empresas. Com a nova portaria, o Governo passa a se apropriar de dois terços da carteira de cigarros além de proibir a apresentação da carteira de cigarros em ares pública. O Brasil é referência em outros Países com relação ao fumo. No copo 4 o Governo Brasileiro assumiu o compromisso defendendo uma tese que diz o seguinte: cada um dos países terão autonomia e ouvirão, principalmente suas estruturas legais de Governo, (no caso o Governo brasileiro o Congresso Nacional) para que qualquer mudança ou implementação dessa natureza venha ocorrer, e ao voltar de lá, tivemos a surpresa das duas portarias comprazo até trinta e um de março para ser publicada. Os grandes Impactos são, às cinquenta e sete mil famílias que vivem da atividade do fumo e o maior impacto são as dezessete mil famílias que vivem do fumo burley, e não há tecnologia no Oeste que possa substituir. Encaminhamentos tomados, em SC a necessidade de manifestação dos produtores, como a forma de se apresentar é através da internet e os agricultores dificilmente terão acesso à internet. Pensou-se de fazer esta manifestação através dos sindicatos, acontece que o sistema feito pela ANVISA, impede de votar mais de que uma vez no mesmo computador. E para entregar em Brasília todos os dezessete mil, definido fazer panfleto onde cada agricultor passa a se manifestar ou a favor ou contra, estaríamos recolhendo até final demarco tanto Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e entregaremos na ANVISA/Brasília o posicionamento de todos os agricultores (não é abaixo-assinado) é uma declaração de posicionamento, segunda questão: contratamos estudos junto a Federação Getulio Vargas quais os impactos que terão essas duas portarias e vamos distribuir para todas as autoridades e pedindo o posicionamento de todos, bem como o posicionamento dos deputados federais (como estão conduzindo esta situação no estado). Presidente agradece sobre o que se refere a gravidade dessas duas portarias, Deputado Dresch, estamos buscando especialistas também para se aprofundar nesse tema. Acompanhou de perto a convenção quatro de que iria acabar a produção de fumo, mas não acredito que isso possa acontecer. Propor (centro de pesquisa da Epagri de Canoinhas, próxima reunião.) Deputado Darci, agradeceu a presença de todos, os últimos dos movimentos do governo federal são no sentido de banir a atividade do fumo agora no estado de Santa

Catarina e no Brasil, principalmente estimulando Leis Estaduais e Municipais extremamente radicais, fui autor da emenda, aprovamos uma Lei flexível, observando o livre arbítrio em Santa Catarina, outorgados a construção de fumodromos e as pessoas fumarem pelo menos no beiral dos estabelecimentos públicos. São cento e oitenta mil produtores rurais no Brasil e trinta mil em Santa Catarina, se acabar com a atividade fumagera vamos acabar com o planalto, são oito bilhões de arrecadação de impostos existentes em atividades essenciais do país e dois milhões e meio de empregos diretos e indiretos. Podemos perder a condição livre de exportação de tabaco em virtude dessas ações e sobre tudo dessas Consultas Públicas. Sendo (treze por cento) dos municípios brasileiros afetados na venda são 20% (vinte por cento) de fumantes no Brasil, (não sou fumante) mas defendo a atividade que segura o homem no campo, porque com dois hectares e meio os agricultores conseguem ter uma renda de trinta mil reais. E a redução do índice de fumantes não se dá por ações coercitivas, mas se dá através de campanhas, palestras, e minha posição é contra a iniciativa. Deputado (Dóia) Para concluir em Santa Catarina são cinquenta e sete mil produtores no Sul do Estado, Planalto e Norte do Estado. No Sul do Estado as Câmaras de Vereadores estão aderindo todo esse movimento de aprovação da proibição ao fumo. Falamos tanto em agricultura familiar e não estamos evitando o êxito rural, vamos trazer de uma forma ou de outra. Para os vendedores da cidade está provocando uma crise social das piores possíveis. (fala-se tanto de fumo e esquecem de outras drogas como o álcool, craque que estão destruindo as famílias) claro que sabe-se que o fumo deixa rastros de doenças, mas não podemos decapitar o nosso produtor que está lá naquele terreno com partilhas pequenas sobrevivendo do solo. Onde em uma situação dessas o Governo Federal que tem o poder de decidir e a Câmara Federal fazer uma nova avaliação. Estamos junto com pares, aqui para defender. Deputado Mauro de Nadal. Podemos perceber que o Parlamento está convergindo. Mas minha preocupação é a força indireta de legislar, a ANVISA faz estudos. Determina, e nosso produtor tem que se submeter aos caprichos de alguns estudiosos que não sabem o dia a dia dos agricultores e às vezes não sabem o impacto que isso dá na vida das pessoas. Qual é o objetivo da norma? Proibir que a pessoa fume? Não é aplicando penalidades aos produtores que vamos atender o objetivo da norma, mas se é conscientizar às este trabalho tem que dar início lá no jardim de infância, preparar às crianças para não ingressar em algum vício que são maléficos a saúde. Não é cerciando os meios de produção que não vamos para frente. SC - Oitocentos e sessenta e dois mil hectares de produção de fumo, desta área total duzentos e quarenta e sete mil hectares são de solo protegidos por vegetação nativa ou reflorestamento, do total de oitocentos e sessenta e dois, apenas cento e vinte e quatro mil hectares o produtor utiliza para produzir o fumo, gerando uma receita em torno de um bilhão quinhentos e quarenta e três milhões. Numa média de dezenove hectares por família de produtores. Deputado Nadal o parlamento está agindo correto, porque Santa Catarina são oitocentos e sessenta e dois mil hectares de produção, de fumo sendo desta área duzentos e quarenta e sete mil hectares são protegidos por vegetação nativa ou reflorestamento de oitocentos e sessenta e dois somente cento e vinte e quatro mil estavam sendo utilizados pelos agricultores para produção do fumo, com isso ele gera uma parcela em torno de um bilhão quinhentos e quarenta e três milhões, numa média de dezenove hectares, por família de produtores. Então são números consideráveis que o governo catarinense tem que levar em consideração. Deputado Jose Milton Scheffer, todo direcionamento na comissão é pela importância que a cadeia produtiva do fumo tem na economia e na vida dos catarinenses. Não é

só os produtores que estão enganados nisso, é o comércio das cidades, a cadeia produtiva de máquinas, equipamentos, agropecuários, prestadores de serviços como estruturas, não se pode criar barreiras aos agricultores temos que nos erguer em defesa dos interesses catarinense. A grande maioria desses produtores se tivessem uma renda líquida que o fumo em outra atividade, eles já teriam aderido, assim que o governo federal, que tem criado alguns embaraços apontar uma saída para as famílias que produzem fumo, elas vão deixar a fumicultura, mas enquanto não ocorre é gente que estão lá, a trinta, quarenta, cinqüenta anos, famílias que começaram no avo e já estão no neto, produzindo fumo, tem dado o conhecimento. Essa convenção precisa sim. Mas tem que ser trabalhada. É uma cultura importantíssima no Brasil produz quase oito bilhões de impostos ano São quatro bilhões e maio de renda para agricultura, e os impostos são muito mais que o valor da produção. A Legislação da ANVISA é inconstitucional porque ela não tem condições de estar legislando sobre propaganda, sobre essas misturas é um produto comercial. Tem toda uma legislação no Brasil do ano 2000 que prevê a questão da propaganda, não é a ANVISA que de deve fazer isso. Sou favorável a fazer a Audiência Pública para encontrar um caminho. Essa questão do fumo é muito complexo, os fumucultores estão ai fechando a BR., quero manifestar que sou favorável. Secretário de Agricultura João Rodrigues fez um pequeno desabafo, a impressão que tem e que o povo nos paga para atrapalhar, apesar que na Assembleia Legislativa é notável o desprendimento de todos os parlamentares de forma supra partidária em torno de algo que é importante que é a vida do produtor rural, se aqui estamos comentando se o fumo faz mau ou bem, estamos comentando que faz mau o produtor rural não ter o que comer em casa. Busquei me interar porque se esta consulta pública vigorar, a partir de março ou abril no oeste não teremos mais produtor de fumo, porque no Oeste eles essencialmente produz o fumo BURLEY que se comenta. Infelizmente, a ANVISA ta tendo um poder que não é dela, porque na verdade a ANVISA quando lança uma Consulta Pública, ela não que nem saber se o agricultor vai ficar com fome ou não, para o s leigos, conforme a Consulta, se tem a Impressão que as indústrias estão colocando um produto para atrair fumantes, e não é. O fumo quando apurado perde o açúcar, então as indústrias colocam este aditivo para o cigarro não perder o gosto, se não colocar ele vira uma palha, não serve para mais nada. Então é obvio que o cigarro vai sair de circulação, e automaticamente virão os desempregos e a perda dos impostos, porque essas empresas que produzem o cigarro no Brasil estão entre as maiores ameaçadoras de impostos no país, de trinta a trinta e cinco por cento é de contrabando vem via Paraguai, entra no Brasil freqüente os melhores lugares. Comercializa-se no Brasil inteiro, não pagam um centavo de impostos, não gera emprego e não tem um fumicultor produzindo, no entanto segue livremente porque o País não tem estrutura para a fiscalização. Um parecer que a ANVISA tomou decisão, até porque a consulta nº 112/10 diz o seguinte: "A consulta nº 112 propõe o banimento total de ingredientes utilizados na fabricação de cigarros." Viabiliza via internet para ver a reação da população, alguém aqui conhece o que vai de ingrediente dentro de um do cigarro? O cidadão comum na rua conhece o que vai dentro de um cigarro? Como é que ele vai emitir uma opinião da qual ele não sabe. Então é óbvio que a decisão está tomada. Estamos então diante de um dilema, e quero aqui me juntar para mobilizar junto aos esforços dos Parlamentares para buscar soluções. O Senhor Presidente Deputado Aldo Schneider colocou em discussão e votação o requerimento do Deputado Darci de Matos e do Deputado Juarez Ponticelli. Foi também aprovado fazer uma Audiência Pública no dia 14/03/2011, às 14: horas, conjunta com a Comissão de Economia ou uma Audiência Pública na Câmara Federal e Presidência da ANVISA COM OS Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. O Senhor Hilário disse que tem a seu favor um documento assinado pela Presidente Dilma Rousseff e Palocci na época eles eram Ministros, então tem que fazer esse documento onde eles se posicionam exatamente ao contrário dessas questões do fumo colocadas pela ANVISA. Devemos fazer chegar na mãos deles esse documento. O Presidente da Comissão Deputado Aldo Schneider colocou que a partir de amanhã irá tratar com o Presidente da ALESC, as questões para envolver os Parlamentos dos três Estados do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de secretária lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, quinze de fevereiro de dois mil e onze.

Deputado Aldo Schneider

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia trinta de março do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala zero um de reuniões das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina a Comissão acima epigrafada sob a Presidência do Senhor Deputado Aldo Schneider, Presentes os Senhores Deputados Membros: Dirceu Dresch, Adilor Guglielmi (Dóia), Mauro de Nadal e José Nei Alberton Ascarí. Aberto os trabalhos, o Presidente fez um relato das ações deflagradas na Audiência Pública na Câmara Federal para tratar sobre as Consultas Públicas 112 e 117/2010, da ANVISA. Disse que lá foi acatada duas sugestões, uma dele e a outra do Vice-Presidente, o Deputado José Milton Scheffer, sugeriu que nos próximos anos fosse criado um fundo oriundo dos tributos do cigarro e esse fundo, ao longo de alguns anos vai financiar pesquisas tanto nas empresas brasileiras de pesquisa, quanto nas estaduais, como alternativa de manter o produtor lá na terra e a sugestão dele foi que, o Governo Federal através de um ato da Presidência da Republica, ou da Casa Civil, crie um grupo de trabalho envolvendo os Ministérios: da Saúde; do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Indústria e Comércio todos nesse processo, sendo liderado pela ANVISA e este grupo apresente propostas para a sociedade brasileira sobre o que o Governo Federal pensa a respeito das Consultas Públicas. A 112 que fala sobre o Fumo burley e a 117/2010, a respeito das propagandas. Dando seguimento, disse que em Brasília na Audiência Pública teve uma boa representação, estavam seis Deputados de Santa Catarina, cinco do Rio Grande do Sul e uma Senadora, "portanto a lição de casa foi muito bem feita, o trabalho foi realizado com êxito" salientou. O Deputado José Nei agradeceu a todos, em especial ao presidente, porque com seu trabalho fez com que a Casa não se omitisse, buscando perspectiva para o setor fumageiro. O Deputado Mauro de Nadal cumprimentou pela brilhante condução dos trabalhos, e trouxe referencias meritórias da Região Oeste ao presidente, porque com isto o Parlamento Catarinense ganhou pontos nesse trabalho. O Senhor Presidente fez leitura da Justificativa da Ausência do Deputado José Milton Scheffer, que estava na cidade de Araranguá participando da cerimônia de inauguração da Unidade de Compra e Beneficiamento de Tabaco da Alliance One. Seguindo fez leitura do Presidente da Câmara de Vereadores de Imbuia solicitando uma Audiência Pública para tratar de financiamentos junto aos agentes credores e também tratar das dificuldades de atendimento das entidades bancárias aos agricultores. Em discussão foi deliberado agendar uma reunião com o superintendente do Banco do Brasil para o dia treze de abril às dezoito horas. Dando Continuidade fez leitura do Manifesto do Deputado Federal Luis Carlos Heinze do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhado a Presidente da Republica Dilma Vana Rousseff sobre as dificuldades na comercialização da safra dos produtores de arroz; fez leitura da carta de Massaranduba datada de dezoito de fevereiro de dois e onze, manifestando preocupação pelo excesso de arroz no mercado brasileiro que esta achatando os preços pagos aos rizicultores. Foi deliberado encaminhar Moção de Apoio aos Ministérios da Agricultura, Fazenda e o Ministério de Desenvolvimento Agrário e aos parlamentares integrantes da Bancada Catarinense no Congresso Nacional. Fez leitura do Requerimento do deputado Jailson Lima e do Requerimento da Vereadora Leonete Schuvelter, Presidente da Câmara Municipal de Rio Fortuna, ambos solicitam Audiência Publica para debater o preço do fumo. Foi deliberada a realização da Audiência Pública para o dia quatorze de abril se houver disponibilidade de espaço na Casa. O Presidente passou a palavra ao Deputado Dirceu Dresch, que fez relato sobre o Termo de Ajuste de Conduta dos produtores de polvilho e mandioca do Sul do Estado. Um trabalho de aproximadamente três anos de luta para conseguir com que se fizesse assinatura do TAC, onde a Epagri pudesse continuar com a pesquisa sobre o uso dos resíduos da mandioca para pulverizar a terra, sem que prejudique o meio Ambiente, hoje já comprovado o uso dos resíduos para recuperação do solo, isso, com quantia determinada e acompanhada pela Epagri. De acordo com o Deputado Dirceu Dresch, o Ministério Público do Estado não permitia com que a Epagri assinasse como participante do processo, finalmente, agora a Regional se comprometeu, e as indústrias irão desenvolver recursos anuais para Epagri fazer o acompanhamento, e o Ministério Público aceitou esta condição, já foi assinado o acordo, e agora, o Termo de Ajuste e Conduta, já está sendo feita consultas junto aos Juizes e Promotores para chamar todas ás indústrias para fazer as assinaturas. Agradeceu o Deputado Federal Rogério Mendonça "Peninha" Presidente

anteriormente da Comissão, o qual teve grande participação neste processo. Seguindo solicitou aos Deputados a elevada consideração e apreciação do Veto do Governador ao Projeto de Lei n 209./210, de sua autoria, que foi vetado sob a alegação de geração de custos. Disse que o Projeto de Lei não cria custos, não envolve estrutura orgânica que deverá ser criada para o cumprimento de suas diretrizes, apenas institui uma política estadual de agroindústrias familiar. O Senhor Presidente determinou a secretaria o encaminhamento de cópia do veto e projeto a todos os membros da Comissão para apreciação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de secretaria lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, trinta de março de dois mil e onze.

Deputado Aldo Schneider

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia treze de abril do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala zero um de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Aldo Schneider Presidente, José Milton Scheffer, Vice-Presidente; Dirceu Dresch, Maurício Eskudilark substituindo o Deputado Adilor Guglielmi (Dóia); Mauro de Nadal, José Nei Alberton Ascari. Também foram convidados os Senhores: Deputado Sargento Amauri Soares; os Vereadores da Câmara Municipal de Imbuia, Adriano da Cunha, (Presidente), Altair da Silva, (Vice-Presidente), Dery Scheidt, Jarmas Machado, Altair Francisco de Andrade, Evaldo Erhardt, Lorival Valdemiro Capistrano, Edegar Rengel e da Câmara Municipal de Araranguá os Vereadores: Jacinto Dassoler Volney Ronil Bianchin da Silva; o Presidente da Associação Rural dos Produtores de Arroz - ARPROSUL, Senhor Demétrio Luiz da Rocha e o Vice-Presidente Deoclésio Plácido Ricardo e o Produtor de arroz Édio Zanetti e o representante da Superintendência do Banco do Brasil o Senhor Rossimar Malcorra Allenbrand - (Analista da Superintendência de Negócios). Abertos os trabalhos, o Presidente agradeceu a todos os presentes. Seguindo mencionou que a pauta é especialmente para ouvir a superintendência do Banco do Brasil, com a finalidade de obter esclarecimentos para dar melhor atendimento aos agricultores clientes do Banco do Brasil. Aos Vereadores são recorridos os problemas da comunidade, sentimo-nos honrados pelo papel fundamental que desenvolvem entre a sociedade e os órgãos do Governo. Fez leitura do Requerimento dos Senhores Vereadores de Imbuia solicitando uma Audiência Pública para tratar sobre os Problemas de refinanciamentos e defasagem de pessoal para dar atendimento aos produtores no Banco do Brasil naquela região. Passou a palavra ao Vereador Adriano da Cunha, que ressaltou a importância da presente reunião devido aos graves problemas que a Região tem enfrentado: primeiro foi o preço da cebola; agora o tabaco, e a região é grande produtora e não sendo financiado acredita-se que a maioria dos produtores seja do PRONAF ou outro tipo de financiamento; o produtor não tem recursos para quitar suas dívidas, e conhecendo a falta de pessoal no Banco do Brasil, sendo época dos produtores buscarem refinar suas dívidas, cada produtor tem sua particularidade na hora de buscar recursos. Agora é o momento de pagamento e busca por novos financiamentos, também em função do fechamento das agências do BESC na região, solicitam ao Banco do Brasil para dispor de um numero maior de funcionários nas agências da região. Foi concedida a palavra ao Senhor Rossimar Malcorra Allenbrand, que agradeceu pelo convite de participação, manifestou satisfação pelo Banco do Brasil interagir dentro da sociedade, e ter como função dinamizar toda economia, em especial o município de Imbuia, por ser um grande produtor de cebola no cenário Estadual, também agradeceu pela informação trazida pelos vereadores ao banco, "senão parece que lá tudo esta muito bem", Disse também que o Banco do Brasil como qualquer outro agente financeiro, tem dificuldades de atender suas demandas maior que o normal. Estamos vivendo em um momento de crise delicado na economia da cebola, os produtores que tem suas receitas baseadas nessa cultura, tem encontrado dificuldades de saudar seus compromissos devido o preço muito injusto com os produtores. Todo produtor sabe que, ano após ano, a um comportamento diferente da safra, uns melhores, outros piores, mas à formas de amenizar essa situação. Que levará este assunto ao superintendente, certamente deve determinar uma força tarefa para amenizar esses problemas dos produtores. Os produtores devem estar preocupados como serão atendido em um tempo mais breve para que o Banco possa concluir os estudos para prorrogações

dessas operações, mas que para tudo isso tem solução, ele acredita que para o Banco do Brasil, não é crise consertar o que não esta funcionando, certamente irá tomar algumas providências. Colocando-se a disposição para eventuais perguntas. Com a palavra o Senhor Deputado Jose Milton Sheffer, que teceu comentários dizendo que hoje a grande preocupação dos produtores de arroz é a queda do preço. As questões climáticas de Santa Catarina tiraram praticamente meia safra de cada produtor de arroz, isso ao longo dos anos acaba descapitalizando o produtor, este ano foi em função do furacão, o que não é de responsabilidade do produtor, que na verdade ele planta o arroz porque o Governo estabelece como garantia um preço mínimo pela saca, e hoje a saca esta abaixo do preço mínimo, e mesmo assim, não estão conseguindo vender. O preço na classificação é de vinte e cinco reais e oitenta centavos a saca, e o custo de produção em Santa Catarina é de vinte e nove reais, o produtor esta perdendo de nove a dez reais pelo custo de produção, isto vem gerando inadimplência muito grande. Existe uma preocupação dos produtores presentes nesta reunião de hoje. E questionou ao representante da Superintendência, quais os procedimentos e como o Banco do Brasil pretende tratar este assunto sendo hoje o grande agente financeiro da nossa safra. Questionou também como esta a situação dos processos de busca e apreensão de maquinários e equipamentos, se existe esses processos, qual o numero que esta? E se o Banco tem uma política de refinanciamento para os produtores já nesta safra de dois mil e dez. A palavra foi cedida ao Senhor Rossimar, que em seu relato disse: o Banco do Brasil como outros agentes financeiros, baseiam-se nas normas emanadas do Banco Central que é o órgão divulgador dos normativos oriundos do Conselho Nacional para o caso especifico de prorrogação de operações. A norma do Banco Central diz que, é sim, possível, prorrogar as operações desde que haja dificuldades de comercialização desses produtos; desde que haja frustrações de safras por fatores adversos, e ainda, por eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento dessas explorações. Então, sempre que alguma dessas condições prejudicarem um produtor, ele poderá pleitear sim a prorrogação das suas dívidas, só, o banco não pode perdoá-las. Deveria vir uma determinação de um órgão hierarquicamente superior ao Banco do Brasil, como: Banco Central, Conselho Monetário ou alguma política como ocorreu recentemente com a Lei 11.775, que possibilitou a renegociação de muitas dívidas, muitos produtos obtiveram a partir disso, a condição de voltar a operar com o Banco. Notadamente, o setor da rizicultura nos últimos dois anos tem passado por dificuldades, que infelizmente a solução não esta só com o Banco do Brasil. O Banco do Brasil vai solucionar dentro das normas que lhe são dispostas. Disse que ficaram surpresos e aflitos a questão de um ano atrás, quando souberam da notícia que o Banco do Brasil estava tomando terras e maquinários dos produtores, O propósito do banco não é fazer isto, o banco quer renegociar, até porque a tomada de terras e maquinas não é um processo simples que se entra na justiça hoje, e se tem o bem do produtor amanhã. Salientou, não queremos isso, e sim que haja uma revisão dessas políticas, para que o Banco possa dentro dessas políticas executar as políticas do Governo. Desconhecem casos recentes de processos ajuizados pretendendo tomar terras ou maquinas em pagamento de dívidas. O Deputado José Milton Scheffer, indagou: Não existem processos de cobrança judicial? O Senhor Rossimar respondeu que os processos existentes vêm correndo ano após ano. O Senhor Deputado Sargento Amauri Soares perguntou se a safra pode ser cobrada a partir da próxima safra. O Senhor Rossimar informou que a prorrogação pode se dar a partir de um prazo que seja suficiente para que o produtor obtenha receitas novamente, ou seja, a partir da próxima, julga-se que ele já terá novas receitas; isso não quer dizer que deverá ser prorrogado apenas por uma safra o valor que é dividido, hoje pode ser diluído em várias parcelas anuais, mas podem ocorrer prejuízos na obtenção de novos créditos, porque muitas vezes o limite de crédito do produtor fica totalmente tomado, não podendo obter novos créditos de custeio ou investimento se for o caso, a possibilidade de diluir essas prestações num prazo máximo de cinco anos. Neste Momento o Presidente Aldo Schneider conduziu a reunião de forma que todos fizessem seus questionamentos para posteriormente o Senhor Rossimar responder de uma só vez. O Deputado Sargento Amauri disse que em Imbuia o fumo deu tão bom, que as empresas estão deixando de comprar e pagando vinte reais por arroba; conforme a informação de um jovem de Santa Terezinha do Progresso. Sugeriu encaminhar a demanda a Presidência Nacional do Banco do Brasil, porque os Bancos estão ganhando, inclusive os Bancos Publico, e com certeza da para fortalecer o Banco na cidade de Imbuia e dar um forte atendimento aos produtores da região. O Senhor Deputado Maurício

Eskudilark, falou que quando as agências do BESC estavam para serem desativadas os Deputados receberam a visita do Superintendente do Banco do Brasil, e a informação dele foi que a racionalização do pessoal seria em função de haver agências do BESC e Banco do Brasil muito próximas uma da outra e com poucos funcionários, mas mostrou-se com muita boa vontade com o Estado. O agricultor não pode valorizar seu serviço, gasta com insumos e fica torcendo para que de certo no final da safra. O Deputado Dirceu Dresch fez um comentário dizendo que na rizicultura tem um grande grupo que não pertencem ao PRONAF, e hoje os Pronafianos tem garantia de preço, o Programa de Garantia para Agricultura familiar - PGPAF, para aqueles que estão fora do PRONAF, tem a Política de Garantia de Preço normal. O Governo desovou uma parte com a compra, mas estamos dentro da oferta e procura, nosso modelo agrícola é mercado livre. O Brasil está em um momento positivo de crescimento econômico, de poder aquisitivo da sociedade, e isso faz consumir mais, são dezesseis milhões de brasileiros que estavam desempregados e hoje estão trabalhando e consumindo. A abertura do mercado de carne suína para China vai dar uma injeção de ânimo à produção. O setor com impacto negativo no momento é o arroz e o fumo, onde a empresa através dos técnicos vão às propriedades e fazem um acordo de produção, garantem a compra, e aí, paga um preço de vinte reais a arroba. É necessário discutir o setor da agroindústria e a diversificação das propriedades, porque o agricultor que tem várias culturas, na crise de uma, vai se defendendo com a outra. E questionou Como não houve caso de emergência decretado pelo Município; de que forma se prova isso no sistema financeiro? O Deputado José Nei Alberton Ascarí, concorda em definir Políticas Públicas, assistência técnica e instituições financeiras porque a agricultura esta alicerçada na pecuária e na agricultura e muitos agricultores têm saído do campo e vindo para as cidades e é necessário mantê-los no campo. Solicitou sensibilidade do Banco do Brasil na negociação aos produtores. A palavra foi concedida ao Senhor Deoclésio Plácido Ricardo, Produtor de arroz do Município de Araranguá, que cumprimentou todos e disse: não é isso que sei fazer, sei só produzir, e junto com isto eu praticamente quebrei este ano, comecei a quebrar por diversos problemas, primeiro foi o clima, em dois mil e quatro, enchente, em dois mil e cinco, furação, tivemos na superintendência do Banco do Brasil, não fomos atendidos em nada, como se tivessem vindo um monte de Zé ninguém aqui, primeira palavra que vou dizer: o Banco do Brasil não faz nada disto, faz aqui, nesta mesa bonita, digo e provo, o Acácio há dois anos fez uma negociação conosco, que para não perder tudo, entramos na justiça, contratamos um advogado, gastamos quinze mil reais cada produtor, eu e dois irmãos, outro mais novo que também já quebrou. Gostaria de dizer hoje aqui, que, além de fazer uma negociação e dizermos que não tínhamos condições de pagar porque não tivemos safra e nem preço, duas safras perdidas, e mesmo sem condições, o Banco do Brasil não retirou o processo da justiça que estava cobrando. Nós retiramos o nosso e eles deixaram o deles, hoje estamos entrando na justiça novamente, até porque meu pai tem setenta e oito anos e esta hoje na justiça. Eu tenho vinte e dois hectares de terra, um trator no Banco do Brasil, planto em torno de cem hectares de arroz, cento e setenta mil pés de fumo e só colhi pepino, desabafou, e salientou, se eu tiver que ir a Brasília eu vou, para mim, já não adianta mais, vou lutar pelo meu irmão que tem condições de tocar, e pelos meus amigos, e digo: nada disto que esta sendo falado hoje aqui, acontece lá em nossa região, tenho terra sendo tomada pelo Banco do Brasil, e não é mentira! E se não tivesse entrado na justiça, não teria mais. Hoje estou lá, e a escritura é do Banco do Brasil, devo mais de trezentos mil reais no banco, e isto vem correndo a mais de cinco anos, por várias vezes pedimos para negociar, fui cinco vezes até o banco, e não tiveram consideração. Durante vinte e quatro anos, nunca dei um cheque sem fundo e nunca cancelei um cheque; e foi a tal da CPR, que o banco cobrava com juros de dois pontos oito ao mês, isso para por o produto no engenho com garantia. Quero ver se tem alguma planta na agricultura que consiga pagar isto, só se plantar maconha ou cocaína para conseguir pagar este valor; Tenho duas CPR dessas presas no Banco do Brasil; dois custeios agrícolas; uma esta em negociação, o da enchente. E tem muitos bancos nos pressionado, temos aproximadamente oitocentas maquinas só de Turvo a divisa do Rio Grande do Sul, que também são de outros bancos. A negociação de produtos pelo Banco do Brasil, a PEP, não funciona, a maioria serve só para engenho e indústria. O que nós adquirimos não foi para comprar um carro para passear, foi para fazer aquilo que fomos colocados a fazer, trabalhar e plantar; quem é que gosta de plantar arroz atolado no pântano! Com chuva, por gostar. Alguém aqui já pendurou uma cambuca de arroz no

pescoço para semear arroz dentro da água? Estou com quarenta e seis anos, dois filhos, e nem um deles quer chegar na roça, um passou na faculdade, e eu não tenho condições de pagar para ele estudar! Alguém aqui gostaria de ser um pai deste? Senhores! Vocês tem o poder de chegar em Brasília e mostrar para aqueles governantes que não se faz isto com quem planta comida, não plantamos porcaria gente! Plantamos comida! Senhores Deputados, o único lugar que temos para reclamar agora é aqui, e digo: se não tomarem providências, fizer chegar a Brasília até o final do mês, terá tática de guerra para mudar o preço, podem ter certeza, faremos alguma coisa para isolar um canto do outro, para um bom entendedor, meia palavra basta. Deixei de passar trezentas arrobas de fumo hoje para estar aqui, achei que era o único lugar onde pudesse pedir ajuda. Finalizou desculpando-se pelo desabafo. O Senhor Demétrio Luis da Rocha, Presidente da ARPROSUL, referente à negociação que o Banco do Brasil nos dá, nem um banco particular faz isto para agricultura, hoje, na renegociação do arroz, é a TR mais um por cento, sabem quanto isso da ao ano? Em um juro de doze por cento, da em torno de dezesseis a dezoito por cento ao ano; foi isto que ganhamos! Para dizer que nós que somos velhaco. Um dos nossos amigos há dois anos passado a terra dele foi para leilão, ta na hora de tomar uma atitude Senhores! Os agricultores estão vendendo tudo que tem, somos escravos brancos vivos. O combustível está subindo e usamos óleo diesel em nossa maquinas, e ao invés de vendermos a vinte e oito, estamos vendendo a dezenove. Não existe CONAB, porque não tem concurso público para colocar novos fiscais, então, até onde vamos chegar. Tem muitas coisas que nos divide, mais tem muitas que vão nos unir. O presidente agradeceu a intervenção de todos e passou a palavra ao Senhor Rossimar para responder pontualmente tudo que foi exposto. O Senhor Rossimar ressaltou: parece que não vamos ter uma solução hoje aqui nesta sala, certamente todos nós, nos sentimos um pouco afetados e sensibilizados pela fala do senhor Deoclésio Plácido Ricardo. Eu particularmente representando a Superintendência não tenho poderes para neste momento argumentar e prometer alguma coisa, mas esta Comissão certamente como sugeriu o Senhor Presidente, poderá elaborar um documento e encaminhar a quem for de direito para se discutir este assunto com mais profundidade e num fórum que seja habilitado para isto. Por uma questão humana, sou solidário a vocês, sou funcionário do Banco do Brasil a vinte e cinco anos, e sempre trabalhei ao lado do agricultor, e o respeitei profundamente, porque sei que o Brasil hoje é o que é graças ao heroísmo de todos vocês, então não tem porque me estender mais sobre este assunto ou argumentar neste momento o que os Senhores nós expuseram. Quanto ao questionamento do Deputado Dirceu Dresch, concordo que é o modelo econômico que faz isto, não se pensa naquele que esta produzindo, embora se de algumas condições para ele produzir, o Banco do Brasil hoje, no Brasil inteiro, é o terceiro maior aplicador de recursos de crédito rural no PRONAF, tivemos na última safra cento e trinta mil contratos de PRONAF aplicados, dois bilhões de reais na agricultura, então penso que o Banco do Brasil não pode ser o vilão de toda esta história, até porque nosso índice de inadimplência não é elevadíssimo, e a própria agricultura familiar tem sua proteção, como o PROAGRO, PGPAF, Seguro de Vida do Agricultor, porque, ele só vai reclamar que não tem seguro, na hora que ele perder alguma coisa. Aí, vêm aquelas reclamações: meu Deus! Como é que vocês concederam um financiamento para ele sem seguro? E como vou pagar esta dívida? Então de certa forma, o banco sempre fica vilão desta história. Mas, com responsabilidade, pode-se começar a mudar esta história. Recentemente, Mirim Doce e outras regiões que tiveram decretado calamidade pública, o Banco do Brasil conseguiu adotar uma medida mais rápida e benéfica para solução daqueles produtores; não quer dizer, que eles estariam isentos de qualquer coisa, as medidas eram 005C mais benéficas no sentido em que as coisas eram mais generalizadas, em casos de frustrações de safras que não estejam incluídos nesta calamidade pública, normalmente se faz com um laudo de uma empresa de assistência técnica credenciada, comprovando caso a caso, as perdas que se houver ao produtor, e o banco aí, toma as providências de se fazer esta prorrogação. Quanto ao problema de Imbuia, vou propor ao superintendente que se faça uma reunião lá no Município de Imbuia, trazendo os interessados, os sindicatos, a Epagri e vamos traçar um plano de trabalho em conjunto, para que possam sair da sinuca, se o problema é o pessoal nas agências, quem sabe os processos chegando à agência redondo, todo mundo sabe como tem que fazer a sua parte, eu não vejo problema. O Vereador do Município de Imbuia sugeriu o rebate sobre os financiamentos do PRONAF, devido o problema de prazo, citou que o produtor que vendeu sua cebola no

mês de janeiro e o prazo venceria no mês de fevereiro obteve um rebate de cinco mil reais; e os seus filhos há dois anos passados tinham PRONAF, que venceria um em agosto outro em setembro, um obteve um desconto de dois mil e duzentos reais, o outro por conta de quinze dias não teve desconto. Este ano seus filhos anteciparam o pagamento e ambos ganharam o desconto. Solicitou para o Banco rever estes financiamentos dando direitos iguais a todos os produtores. O Senhor Rossimar disse que o assunto exposto pelo Vereador, é o Programa de Garantia de Preço para Agricultura Familiar - PGPAF ocorre que, sempre no início da safra, o Governo estabelece referência, e sempre que o preço de mercado estiver abaixo do preço de referência estabelecido pelo Governo, ha um bônus equivalente a essa diferença, então no mês passado ou até dia nove de abril, o bônus era de aproximadamente cinquenta e cinco por cento, isto representava para o agricultor um desconto mais de cinquenta por cento na dívida. Mas só tem direito a esse bônus, o agricultor que paga sua prestação até sessenta dias antes do seu vencimento, se pagar com sessenta dias a mais do seu vencimento, não haverá o bônus, e para as operações de investimento, é só no dia do vencimento da parcela que tem direito deste bônus, para as operações de custeio até sessenta dias. Porém, estas normas são estabelecidas pelo Ministério de reforma Agrária - MDA; o órgão regulador dos assuntos para Agricultura familiar; o Banco do Brasil é um executor dessa política, para fazer o que o Vereador solicita, só se o MDA, mudar essas normas. O Presidente colocou em rediscussão o Requerimento do deputado Jailson Lima solicitando Audiência Pública para debater o preço do fumo e passou a palavra ao assessor da Comissão Osmar Conceição para fazer um posicionamento sobre o assunto. O Senhor Osmar Conceição disse que foi feito uma avaliação sobre a questão do fumo, todas as etapas de produção os fumicultores firmam um contrato com as fumageiras, pelo qual, se comprometem a cumprir as regras estabelecidas através desta parceria com as fumageiras, desde fornecimentos de sementes, defensivo, fertilizantes. As técnicas de condições da lavoura são estabelecidas pelos técnicos da fumageira. Há um acordo entre as fumageiras para a CIDASC prestar assistência apenas na classificação do fumo, isto é estabelecido pelo Ministério da Agricultura sobre esse critério de tipificação. O preço do produto é estabelecido pelas empresas, conforme tabelas aprovadas pelo setor delas na presente safra os sindicatos e associações estão negociando com as fumageiras um aumento de preço no tabaco e de mudança na classificação. Os estabelecimentos oficiais de Governo como: Secretaria de Estado da Agricultura, Ministério da Agricultura e EPAGRI, não participam da negociação de preço. Defendemos que a Comissão de Economia deva ou possa proceder os encaminhamentos necessários. O Senhor Presidente salientou na questão da ANVISA, tratou exaustivamente, em se tratando de preço de mercado, não vê como a Comissão possa intervir na livre negociação, uma vez que o produtor já assinou seu contrato para a próxima safra com as empresas, podendo se tornar uma audiência Pública inócua. Deliberações: realizar Audiência Pública conjunta com a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia no dia nove de maio no Plenário da Assembleia Legislativa. Seguindo foi deliberado unir-se, para somar forças na mobilização com os produtores de arroz, e também do Vale do Itajaí para participarem da Audiência Pública a ser realizada pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia no Município de Turvo, no dia vinte e nove de abril para obter um arsenal de informações e posteriormente se possível, levar até a Câmara Federal; Formular documento para encaminhar a Superintendência do Banco do Brasil com tratativas referentes à situação dos produtores de arroz do Município de Araranguá e região, lavrando protestos com relação a enchentes, furação, etc. Sobre os produtores de Imbuia fazer tratativa fazer uma reunião lá na região da cebola com os dez Municípios, para tratar as dificuldades de pessoal em relação ao atendimento por parte do Banco do Brasil. Fez leitura do seu Requerimento solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 0173.0/2010, Que visa declarar de utilidade pública a Associação Blumenauense dos Criadores de Pássaros Silvestres do Município de Blumenau; Projeto de Lei nº 0208.4/2010, que visa Declarar de Utilidade Pública a Associação Desportiva e Cultural Flavale, do Município de Rio do Sul. Foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de secretária lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, treze de abril de dois mil e onze.

Deputado Aldo Schneider

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia onze de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala de Imprensa as Comissões de Turismo e Meio Ambiente, Presidida Pelo Deputado Neodi Saretta; Agricultura e Política Rural, Presidida pelo Deputado Aldo Schneider, Presentes os Senhores Deputados Membros da Comissão de Agricultura: José Nei Alberton Ascari, José Milton Scheffer, Dirceu Dresch e justifica a ausência do Deputado Adilor Guglielmi (Doía), por estar em viagem à Brasília. Membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente: Altair Guidi, Edson Andrino e Jorge Teixeira. E da Comissão da Produção Orgânica em Santa Catarina os Senhores Dionízio Bach da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Mauro Beal da Câmara Italiana de Indústria e Comércio de Santa Catarina - CISC, Paulo Tagliari Comitê de Defesa do Consumidor Organizado - DECONOR e Paulo Zoldan da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI. A reunião foi aberta pelo Presidente Neodi Saretta, com objetivo de atender a Comissão Orgânica de Santa Catarina onde trataram do lançamento da Semana Nacional de Alimentação Orgânica que acontece em todo o País, de trinta e um de maio a cinco de junho, promovido pelo Ministério de Agricultura, com o intuito de esclarecer a população sobre a importância da alimentação orgânica e desenvolvimento de ações para a promoção de alimentos naturais livres de agrotóxicos. A palavra foi cedida ao Senhor Paulo Zoldan Pesquisador da Epagri. Para ele, a produção orgânica no Estado ainda é pouco desenvolvida, e a maioria é pequenos produtores e não podem produzir em grandes quantidades, e isso é ponto favorável a eles. O Senhor Mauro Beal da Câmara Italiana de Comércio e Indústria, disse que no exterior a procura por produtos orgânicos é muito grande. E para o Estado, é uma chance de conquistar os novos mercados que estão se abrindo, tendo ganhos na sustentabilidade e agregação de valor, criando até mesmo um perfil para a produção agroindustrial catarinense, servindo de referência para o Brasil. O Senhor Dionízio Back, disse que ainda encontra-se entraves para a produção orgânica de Santa Catarina, tais como: falta de incentivo e de divulgação por parte do Governo. E solicitaram aos Senhores Deputados instituição de políticas públicas ao seguimento orgânico; aumento de recursos destinados a pesquisa, uma política de tributação diferenciada aos produtores orgânicos; inclusão dos produtos na merenda escolar. Apresentaram um Requerimento solicitando Audiência Pública e oferecendo um café com os Produtos orgânicos feitos dentro do estado, a serem realizados no dia trinta e um de maio com abertura do café das oito dez horas no Hall de entrada e em seguida Audiência Pública no Plenário da Assembleia Legislativa. O Deputado Altair Guidi sugeriu que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente faça uma Indicação ao Governo do Estado solicitando promover propaganda para divulgar os produtos Orgânicos produzidos no Estado Catarinense. O Deputado Aldo Schneider acha difícil a inclusão dos produtos na merenda escolar, uma vez que a merenda já esta decidida, mas, sobre as demais reivindicações a Comissão de Agricultura aprova. O Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente também aprovou os encaminhamentos necessários paralelos a Comissão de Agricultura para as necessidades do Setor Orgânico no Estado. Nada mais havendo a tratar, os Senhores Presidentes encerram a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de secretária lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis onze de maio de dois mil e onze.

Deputado Aldo Schneider

Presidente da - CAPR

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 90 (NOVENTA) BOMBAS DE DRENAGEM PARA APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT.

DATA: 06/06/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 06 de junho de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, do Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de maio de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 179/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 107

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, altera as Leis nºs 3.938, de 26 de dezembro de 1966, 5.983, de 27 de novembro de 1981, 7.541, de 30 de dezembro de 1988, 7.543, de 30 de dezembro de 1988, 10.297, de 26 de dezembro de 1996, 13.342, de 10 de março de 2005, 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, e 14.967, de 07 de dezembro de 2009, e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 17 de maio de 2011

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador Estado em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 18/05/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 093/2011

Florianópolis, 17 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado em exercício

Florianópolis /SC

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter a consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de projeto de lei que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico — Revigorar III e altera vários dispositivos da legislação tributária estadual: da Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996; da Lei 14.967, de 7 de dezembro de 2009; da Lei 7.543, de 30 de dezembro de 1988; da Lei 7.541, de 30 de dezembro de 1988; da Lei 5.983, de 27 de novembro de 1981; da Lei 13.342, de 10 de março de 2005; e da Lei 3.938, de 26 de dezembro de 1966.

2. O art. 1º trata de instituir o Revigorar III, com objetivo de promover a regularização de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

3. Pela proposta, fica concedido redução de multa e juros aos débitos vencidos anteriormente a 31 de dezembro de 2010, desde que pagos até as datas nela estabelecida. O prazo de vencimento estende-se a 31 de março de 2011, quando se tratar de débito parcelado ou já inscrito em dívida ativa. A fixação de um prazo maior neste último caso, visa dar tratamento igual a débitos vencidos originalmente no mesmo prazo

4. O quadro de recebíveis da Fazenda Pública atualmente, em estágio de cobrança administrativa ou judicial, parcelados e

reclamados no Tribunal Administrativo Tributário Conselho Estaduais de Contribuintes é superior a 6 bilhões de reais, na sua quase totalidade em fase de execução fiscal.

5. Por outro lado, a situação da nossa carteira de prestações, que gera um ingresso médio mensal de 20 milhões de reais, demonstra resultado muito pequeno em relação ao todo da dívida.

6. Pois bem, é dentro desse contexto que se insere a proposta de estímulo prevista no art. I da minuta.

7. Fica claro, em razão dos percentuais de redução previstos, que seu objeto é o resgate do tributo monetariamente corrigido, num espaço curto de tempo, sem o elevados custos administrativos que sufocam a Fazenda Pública na tarefa de cobrar tributos, seja administrativa ou judicialmente, ao tempo também que busca reduzir a quantidade de processos em cobrança administrativa ou judicial.

8. A propósito, é relevante destacar que toda a proposta foi concebida de modo que o benefício venha a ser concedido de forma automática, no momento do pagamento do débito, ainda que parcial, sem necessidade de apresentação prévia de requerimento por parte do interessado. Em razão disso, fez-se necessário, para atender necessidades técnicas do procedimento informatizado, estabelecer critérios bem definidos de aplicação do benefício, que levam em conta a situação do débito, conforme previsto no § 10 do art. 1. Aprovada a proposta, a Fazenda, em curtíssimo espaço de tempo, tem condições de colocá-la no "ar". A solução, importa registrar, observa atentamente os requisitos de Governo Eletrônico, ao buscar:

- a) disponibilizar atendimento remoto;
- b) possibilitar auto-atendimento;
- c) reduzir guarda de papéis;
- d) racionalizar rotinas administrativas;
- e) reduzir custos.

Ao tempo em que se verifica o elevado volume de valores da dívida, percebe-se, tanto na instância de cobrança administrativa, quanto judicial, que há uma expressiva quantidade de processos correspondentes a débitos de pequeno valor.

10 O volume crescente da dívida ativa inscrita, cuja cobrança tem sido dificultada pelo esgotamento da capacidade operacional do judiciário, bem como pelos desarranjos econômicos financeiros dos contribuintes inadimplentes, forçam o Estado a buscar alternativas com vistas a otimizar arrecadação. Registre-se, a dívida ativa supera, atualmente, a cifra de 6 bilhões de reais, sendo que a cobrança judicial tem sido da ordem de meio por cento desse total por ano.

11. Nesse sentido, é imperioso buscar a liquidação dos créditos cuja cobrança, em grande parte das vezes, não se justifica diante de seu custo e que, ao mesmo tempo, é representativa, em termos de quantidade, da maior parte do estoque dos débitos inscritos.

12 Dentro desse contexto, conforme previsto no art. 2º da minuta, está se propondo redução de cem por cento dos juros e multa relativos a tributos estaduais, de valor atualizado não superior a dez mil reais, inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2009, desde que recolhidos integralmente até a data prevista na lei.

13. Essa medida representará redução significativa do número de processos judiciais, possibilitando ao Estado concentrar seus esforços na cobrança das dívidas de maior valor e que representam, em termos monetários, a maior parte dos débitos.

14. É importante registrar que a adoção das medidas veiculares pelos arts. I e 2º do presente projeto vem ao encontro da atuação e esforço da Fazenda e da Procuradoria, por intermédio da Carteira Regional de Ação Fiscal e da Procuradoria Fiscal, respectivamente, que têm por meta o rigoroso controle das atuais obrigações, com vistas a assegurar o imediato adimplemento destas. Com efeito, na proporção em que se possibilita a redução do estoque das dívidas passadas, criam-se condições de sucesso de programa voltadas à cobrança dos débitos, já que todos os esforços passam ser canalizados ao cumprimento das obrigações recentes.

15. Estamos certos, Senhor Governador, que essas duas medidas possibilitarão àquelas empresas em dificuldades se regularizarem com o Fisco e assim poderem manter e até mesmo ampliarem seus negócios, ao tempo em que o Estado de Santa Catarina recupera parcela importante de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, cuja dificuldade de recuperação

inviabiliza o ritmo de crescimento econômico e social que todos os catarinenses esperam e merecem. Além do mais, representa ela significativo alento para as empresas catarinenses, em face da redução dos níveis de atividade econômica, decorrente, principalmente, da defasagem cambial, que dificulta a exportação dos artigos aqui produzidos, e impõe sacrifício enorme àquelas atividades que, direta ou indiretamente, dependem desse tipo de comércio.

16. Sobre questionamentos a respeito de renúncia de receita, imperioso afirmar que embora expressivo os valores de recebíveis, na prática, configura receita somente a parcela que efetivamente entra para os cofres públicos. A medida, na verdade, possibilitará aumentar o ingresso de receita (efetiva), além de possibilitar que as empresas regularizem seus débitos junto ao Fisco. Ademais, haverá economia de despesas pela extinção de processos de cobrança, podendo o Poder Executivo, como dito, centrar seus esforços no inadimplência, seja relativa à obrigação acessória ou principal.

17. A Lei 10.297, de 1996, é objeto do art. 50 da minuta. A alteração do art. 12 da referida lei é no sentido de excluir da base de cálculo as bonificações em mercadorias. A medida compatibiliza a legislação estadual com a jurisprudência predominante nos tribunais - efeito, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 688.393 RJ (RDDT 136: 225), decidiu que "o ICMS descaracteriza-se acaso integrarem sua base de cálculo elementos estranhos à operação mercantil realizada, como, por exemplo, o valor intrínseco dos bens entregues por fabricante à empresa atacadista, a título de bonificação, ou seja, sem a efetiva cobrança de um preço sobre os mesmos".

16. O art. 51 da mesma lei fica acrescido de inciso IV, estabelecendo a aplicação de multa de 50% (cinquenta por cento) em razão de falta de recolhimento do ICMS devido por ocasião da entrada de mercadorias. Justifica-se a alteração proposta por não haver qualquer previsão que enquadre perfeitamente tal infração. A tentativa de capitular a infração em outros dispositivos não vem se mostrando adequada, o que tem resultado reiteradamente em cancelamento dos respectivos lançamentos de ofício, embora verificada a omissão de recolhimento.

17. Está ainda sendo proposta alteração da Lei 14.967, de 2009, na forma dos arts. 6º e 19 da presente minuta, concedendo, à indústria náutica, crédito presumido de até oitenta e seis por cento do ICMS devido, como forma de incentivar o desenvolvimento desse importante segmento industrial ao qual o recortado litoral catarinense se mostra tão favorável.

18. A medida, de caráter temporário, visa criar quadro propício à instalação em território catarinense de empresas de atuação internacional, ao passo que resguarda a competitividade daquelas aqui instaladas, na medida em que a concessão do benefício levava em consideração os investimentos com formação e capacitação de mão de obra realizados pela empresa no Estado.

19. Estima-se que tal medida resultará no alargamento da competitividade do setor, que vem sofrendo concorrência de empresas instaladas em outros estados, em virtude de benefícios a elas concedidas. Vislumbra-se, dentro desse quadro, que o benefício não representará desequilíbrio orçamentário.

20. No tocante ao IPVA (art. 7º da minuta), propõe-se nova redação ao art. 18-A da Lei 7.543, de 1988, que resolve definitivamente controvérsia sobre a legislação aplicável ao parcelamento do imposto. As normas prevista na Lei 5.983, de 1981, tratam dos tributos de competência do Estado de modo geral; os arts. 70 a 73 dispõem sobre o parcelamento do crédito tributário. A legislação do IPVA, contudo, tem regimento próprio sobre a matéria, o que justifica a exclusão dos dispositivos mencionados em relação ao imposto referido. É importante destacar que a sistemática própria de parcelamento resulta em índice de adimplemento do imposto superior a noventa e cinco por cento do débito total.

21. O art. 80 da proposta, por seu turno, trata de diversas alterações à Lei 7.541, de 1988, que trata das taxas estaduais. Em primeiro lugar, é dada nova redação ao § 2 do art. 4, que dispõe sobre a destinação das taxas relativas à atuação do DEINFRA (Departamento Estadual de Infra-Estrutura). Trata-se de mero aperfeiçoamento de redação, sem alterar o sentido do dispositivo.

22. A redação dada aos arts. 33, 33-A e 33-B procura uniformizar o tratamento dado pela lei de taxas com o das leis reguladoras dos demais tributos, relativamente a multas, juros e

atualização monetária. O art. 33-A traz para a legislação própria desse tributo, disposição da Lei 5.983/81, que estabelece multa - mantido o mesmo quantitativo - por responsabilidade, para o servidor que praticar atos sujeitos a taxa, sem exigir o respectivo comprovante de recolhimento.

23. O art. 9º trata de alterar disposições da Lei nº 5.983, de 1981, que dispõe sobre a aplicação de juros e atualização dos tributos. A nova redação dada ao art. 64 da referida lei tem por escopo atualizar o valor da multa aplicável nos casos em que a legislação de regência de determinado tributo não prever sanção específica para a infração verificada. Já, pelo texto proposto ao art. 70 da lei, fica aumentado para cento e vinte meses o prazo para parcelamento de débito tributário, condicionado à apresentação de garantia.

24. A proposta, ao passo que viabiliza parcelamento a longo prazo, garante que tal fato não venha a ser utilizado como mera prática protelatória. Tem-se assim a manifesta intenção do Estado em propiciar aos contribuintes condições para o adimplemento de obrigações, e ao mesmo tempo garantir o retorno dos valores à sociedade catarinense.

25. A redação proposta para o art. 10 vem em socorro de pendência sobre o tratamento tributário de bens de informática, uniformizando o efeito, o Estado, aderindo a procedimento já adotado por outros Estados, reconheceu que o diferimento na importação não afasta o aproveitamento de crédito presumido na operação subsequente. Restava apenas regulamentar as situações passadas, o que é alcançado pelo dispositivo proposto.

26. O art. 11 do projeto de lei proposto convalida os parcelamentos concedidos de forma automática, até a data de publicação desta Lei, por meio de aplicativo eletrônico disponibilizado no sítio na Internet da Secretaria de Estado da Fazenda. Referido procedimento já vinha sendo adotado em 60 (sessenta) parcelas, no caso de crédito tributário constituído de ofício, e 12 (doze) parcelas, no caso de crédito denunciado espontaneamente. Importa registrar que a adoção de procedimento teve e tem por objetivo reduzir os trâmites burocráticos atinentes ao pedido de parcelamento, assegurando ao contribuinte, além de rapidez no processo de obtenção, segurança jurídica, na medida em que a Fazenda tem que se manifestar sobre seu pedido em prazo reduzidíssimo, configurando a ausência de manifestação em homologação tácita do pedido.

27. O art. 12 determina em que momento será devido o ICMS diferido, relativo a operações com mercadorias destinadas à construção ou ao ativo permanente de empreendimento neste Estado. O diferimento do imposto corresponde ao postergamento de seu pagamento de uma etapa de circulação para outra. Isso implica normalmente a atribuição do pagamento, por responsabilidade, ao adquirente, juntamente com o imposto relativo a operação própria. Contudo, como, nos casos mencionados, não há operação subsequente, a lei deve definir o momento de em que o imposto diferido se torna devido.

28. O art. 13 estende, até o limite previsto em regulamento, o tratamento tributário aplicável às importações realizadas por portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, situados neste Estado, àquelas realizadas mediante utilização dessas estruturas localizadas em outros Estados, desde que o desembaraço ocorra em Santa Catarina. Justifica-se a medida porque, por eventualidades imprevistas, de cunho meteorológico em grande parte dos casos, nem sempre é possível o desembarque físico neste Estado. Nem por isso, o contribuinte deve ser prejudicado ou cerceado em suas atividades econômicas.

29. O art. 14 altera dispositivos da Lei 13.342, de 2005, que dispõe sobre o Prodec. Assim, a redação proposta para o art. 3º passa a contemplar apenas os empreendimentos industriais, considerando a natureza intrínseca dos requisitos exigidos e o grau de alavancagem da economia catarinense. Cuida-se do redirecionamento do Programa, no sentido de privilegiar o incremento dos níveis de tecnologia e da competitividade da economia catarinense, bem como da sustentabilidade e desconcentração espacial do aparato produtivo, com especial ênfase na inserção nas cadeias produtivas locais.

30. Também está sendo proposta nova redação para o art. 4º do mesmo pergaminho, alterando a composição do Conselho Deliberativo do Prodec, de modo a alcançar a paridade entre os representantes do Estado e da Sociedade Civil. Atualmente, a composição do referido Conselho está em completo desequilíbrio.

A medida reveste-se de invulgar importância por estar-se tratando de recursos públicos. Saliente-se que as decisões do Conselho Deliberação são soberanas, cabendo à Secretaria de Estado da Fazenda apenas a execução: não tem poder para opor-se às decisões do Conselho.

31. A redação proposta para a alínea "c" do inciso III do § V do art. 7 esclarece que o benefício de alíquota zero refere-se apenas aos juros cobrados de empreendimentos industriais dos setores náutico e naval. Considerando o esforço empreendido para promover o desenvolvimento da indústria de construção naval em nosso Estado, não haveria o menor sentido em aplicar o mesmo percentual de juros aos empreendimentos de outra natureza.

32. No caso do § 7º do mesmo artigo, foi ampliado o benefício para incluir a indústria metalúrgica, termo mais amplo e que inclui a siderurgia (ramo da metalurgia que se dedica à fabricação e tratamento do aço), o que vem a encerrar discussões sobre a natureza do empreendimento. Tanto a indústria metalúrgica com a siderúrgica denominam-se indústrias "de base", porque, em geral, seu produto final são apenas barras ou chapas metálicas, usadas depois como matéria-prima de outras indústrias, que fabricam, aí, sim, a infinidade de produtos metálicos que usamos no dia-a-dia. Tanto siderúrgicas quanto metalúrgicas seguem mais ou menos o mesmo processo de fabricação.

33. Foi dada nova redação ao § 32 e acrescido § 42 ao art. 9º da mesma Lei, prevendo que, na hipótese de concessão de prazo especial de recolhimento, como alternativa à liberação mensal do financiamento, no caso das parcelas liberadas não serem recolhidas no prazo de noventa dias, contados de seu vencimento, passam elas a serem regidas pela legislação tributária, inclusive no que se refere a multa, juros e correção monetária, hipótese em que os valores deixam de ser recolhidos ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - Fadesc.

34. O art. 15 do projeto contém disposição transitória, fazendo com que os § 3º e 4º do art. 9 da Lei 13.342/2005, na redação proposta pelo presente projeto, alcancem também os contratos vigentes na data de publicação desta Lei. Assim, teremos uma regra única a disciplinar os referidos contratos. O parágrafo único determina como marco inaugural de contagem do prazo de noventa dias para exigência das parcelas liberadas e já vencidas, no lugar do seu vencimento, a data de publicação desta Lei.

35. O art. 16 do projeto trata da Lei 3.938, de 1966, que dispõe sobre normas gerais em matéria tributária. A nova redação dada § 3º do art. 134 estende de sessenta dias para noventa dias o prazo para remessa da Certidão de Dívida Ativa à Procuradoria Geral do Estado. A medida tem por objeto propiciar tempo necessário para a realização da cobrança sem necessidade de o Estado se valer do aparato judicial, ao passo que propicia ao contribuinte oportunidade maior para cumprimento de sua obrigação ainda na esfera administrativa.

36. Acresce-se o art. 136-13, estabelecendo que a dívida ativa não tributária, a partir de sua inscrição, passa a reger-se pelas mesmas regras que regulam a dívida ativa tributária, no que se refere aos juros e à atualização monetária. A medida justifica-se para uniformizar os procedimentos, evitando diversidade na aplicação de dispositivos legais, conforme a origem da dívida ativa.

37. Ainda em relação à Lei 3938/66, está sendo proposta alteração no art. 158, estabelecendo como prazo de validade da Certidão Negativa trinta dias de sua emissão. O fato é que a certidão atualmente é expedida via Internet, sem qualquer custo para o contribuinte, sendo imediata sua obtenção, não fazendo mais sentido o estabelecimento de prazo de validade prolongado.

38. O art. 17 do projeto dá nova redação ao art. 3 da Lei 14.967, de 2009 que trata de "medidas para facilitar a liquidação dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa e a maior eficácia na sua cobrança". A alteração proposta apenas substitui o termo "suspensão" por "dispensa de inscrição", como medida de aperfeiçoamento da redação do efeito, o termo "suspensão" sugere caráter provisório e não definitivo. No entanto, a teor do § V do mesmo artigo, os créditos serão inscritos em dívida ativa apenas quando a sua soma, em relação ao mesmo contribuinte atingir o montante previsto, e desde que não alcançados pela prescrição.

39. O Programa Pró-emprego, instituído pela Lei nº 13.92, de 2007, é objeto de alteração, nos termos do art. 18 da proposta. Tratam-se de medidas voltadas ao aperfeiçoamento do Programa,

visando a agilização do procedimento relacionado à análise dos pedidos de enquadramento, sem, contudo, significar tal providência prejuízo ao processo de concessão, que se dá em duas instâncias deliberativas, tendo assento, em uma delas, a Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina - FIESC.

40. Nesse mesmo sentido, está sendo proposta alteração do art. 6, que dispõe sobre a comprovação do atendimento das metas estipuladas no ato de enquadramento no Programa. A periodicidade e a forma dessa comprovação passam a ser tratadas em regulamento, com vistas à adequação das exigências às declarações informatizadas, de caráter continuado, previstas na legislação tributária catarinense.

41. A nova redação dada ao inciso III do § 1º do art. 7 permite à resolução concedente do enquadramento dispor, à vista de parecer emitido pelo Grupo Gestor, sobre as obrigações acessórias, evitando-se assim a excessiva tramitação do processo.

42. O inciso 1 do § 2º do mesmo artigo, por seu turno, veda a inclusão no Programa de empresa inadimplente com a Fazenda Estadual. A presente proposta exclui do rol de vedação os empreendimentos cujos sócios ou administradores participem de empresa em débito com a Fazenda. Além de propiciar ritmo adequado ao processo de análise, a medida visa à conformação da regra àquela estabelecida na Lei Complementar 313/05, art. 15, que proíbe a vinculação a débitos tributários de terceiros.

43. Por fim, o parágrafo único acrescido ao art. 10 do Pró-Emprego, esclarece que o diferimento do ICMS aplicável nas operações com materiais de construção destinadas a empreendimento enquadrado no Programa, aplica-se também àqueles necessários à obra, embora não venham a ela se integrar de maneira definitiva, como é o caso do material destinado à construção do canteiro de obra, bem como do madeiramento utilizado, na fase de execução, como fôrma ou para fins de estaqueamento da obra.

44. O art. 20 do projeto dispõe também sobre disposição transitória. Assegura que os tratamentos diferenciados concedidos a empreendimentos em território catarinense, enquanto não revistos pela Secretaria de Estado da Fazenda, ficam mantidos, nos termos da legislação vigente na data de suas concessões. O § 3º do mesmo dispositivo, ao seu tempo, prevê a possibilidade de enquadramento automático em tratamento similar previsto na legislação. A medida busca evitar prejuízo ao contribuinte de boa fé, inclusive para aqueles que realizaram vultosas despesas e investimentos em razão do tratamento diferenciado dispensado. A extensão do tratamento é vital para a conciliação dos interesses envolvidos, bem como não se venha a ter perda significativa de arrecadação.

45. O art. 21 estende a aplicação do Revigorar III, regulado na forma do art. 1º da proposta, aos débitos decorrente de ICMS devido por ocasião da entrada da mercadoria no Estado, vencíveis até 31 de abril de 2011, quando exigidos por notificação, ou até data de publicação da lei, quando se referir a débito inscrito em dívida ativa ou em curso de parcelamento. A proposta justifica-se diante das inúmeras alterações sofridas pela legislação tributária que regem a exigência de pagamento do tributo por ocasião da entrada da mercadoria em território efeito, em razão da ampliação do regime de substituição tributária, a obrigação do recolhimento passou a se aplicar a um número expressivo de operações, ocasionando eventualmente tal fato, de início, o inadimplimento de referida obrigação, mormente pelas empresas de médio e pequeno porte.

O art. 22 do projeto consolida as situações passadas, na medida em que dispõe que o disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas.

47. Finalmente, o art. 27 da minuta revoga expressamente:

a) o § 2º do art. 134 da Lei 3.938/66, que prevê estabelece prazo para inscrição em dívida ativa - a matéria encontra atualmente regulada pela Lei Complementar 313/05, que trata do Código de Deveres e Direitos dos Contribuintes;

b) e os §§ 1º e 2º do art. 158 da Lei 3.938/66, que tratam do prazo de validade da Certidão de Dívida Ativa - a possibilidade de obtenção "on-line" não justifica mais a previsão de prazos específicos;

c) o art. 4º da Lei 5.983/1981, que trata de multas por infração da legislação relativa às taxas estaduais, em razão da inserção das multas em lei específica, relativa às taxas, na forma da presente proposta;

d) o art. 5º da Lei 5.983/1981, que prevê multa aplicável ao servidor que praticar atos sem exigir o comprovante da taxa ou recebê-lo a menor - como no caso anterior, a matéria passará a ser tratada na própria lei de taxas;

e) o art. 79 da Lei 5.983/1981, que atribui ao Secretário de Estado da Fazenda a competência para estabelecer os índices de atualização monetária de débitos fiscais - a matéria passou a ter disciplinamento próprio, previsto em lei;

f) o art. 81 da Lei 5.983/1981, que autorizava o antigo Conselho Estadual de Contribuintes a propor dispensa ou redução de multas, com base no princípio da equidade - trata-se de discricionariedade atribuída ao órgão judicante e que não foi recepcionada pela Constituição de 1988;

g) o art. 82 da Lei 5.983/1981, que trata do pedido de reconsideração das decisões do Conselho Estadual de Contribuintes, recurso que não mais existe no contencioso administrativo tributário catarinense, atualmente regulado por lei própria;

h) o art. 32 da Lei 7.541/1988, que trata da atualização do valor da Unidade Fiscal de Referência - UFR, cuja aplicação não encontra mais previsão na legislação tributária catarinense;

i) o art. 5º da Lei 13.545/2005, que autorizava a liquidação de contratos firmados com base no Prodec, com créditos acumulados de ICMS. Os débitos de empresas enquadradas no Programa já gozam de privilégios, tais como prazo especialíssimo prazo para pagamento e redução de juros, não se justificando sob esta ótica, que venham a ser adimplidos com créditos acumulados, ainda mais quando tal regra não é aplicável àqueles não contemplados pelas benesses citadas;

j) os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei 13.342/2005 que tratavam de incentivos a empreendimentos comerciais com base Prodec, superados em razão do direcionamento do Programa exclusivamente a empreendimentos industriais;

l) o inciso IV do § 1º do art. 7-A da Lei 13.342/2005, visto que o disciplinamento nele previsto foi deslocado, na forma desta proposta, para o caput do referido artigo;

m) o art. 20 da Lei 15.242, de 2010, que autoriza a concessão de parcelamento em parcelas crescentes - a prática tem demonstrado que tal recurso tem sido utilizado com ferramenta de protelação dos débitos. Ademais, na forma da presente proposta, está sendo ampliado o prazo de parcelamento para até cento e vinte vezes, lastreado em garantia.

Respeitosamente,

Ubiratan Simões Rezende
Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 0179.5/2011

Institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, altera as Leis nºs 3.938, de 26 de dezembro de 1966, 5.983, de 27 de novembro de 1981, 7.541, de 30 de dezembro de 1988, 7.543, de 30 de dezembro de 1988, 10.297, de 26 de dezembro de 1996, 13.342, de 10 de março de 2005, 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, e 14.967, de 07 de dezembro de 2009, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III destinado a promover a regularização de débitos tributários inadimplidos relativos ao Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias - ICM, ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se:

I - relativamente aos débitos de ICM e de ICMS, observado o seguinte:

a) tratando-se de débito não lançado de ofício, àqueles com prazo de pagamento vencido até o dia 31 de dezembro de 2010;

b) tratando-se de débito lançado de ofício, àqueles constituídos até o dia 31 de dezembro de 2010;

c) tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, àqueles inscritos até o dia 31 de março de 2011; ou

d) tratando-se de débito parcelado, lançado ou não de ofício, aos respectivos saldos, desde que a primeira parcela tenha sido recolhida até o dia 31 de março de 2011; e

II - relativamente aos débitos de IPVA, observado o seguinte:

a) tratando-se de débito lançado de ofício, àqueles constituídos até o dia 31 de dezembro de 2010; ou

b) tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, àqueles inscritos até o dia 31 de março de 2011.

§ 2º Para efeitos do § 1º considerar-se-á a situação do débito na data de seu pagamento.

§ 3º Os débitos a que se refere este artigo:

I - cujos montantes totais decorram exclusivamente de multa ou juros ou de ambos, terão seus valores reduzidos em 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do primeiro mês subsequente àquele em que publicada esta Lei; e

II - nos demais casos, terão os valores relativos à multa e aos juros reduzidos:

a) em 95% (noventa e cinco por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do primeiro mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

b) em 93% (noventa e três por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do segundo mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

c) em 85% (oitenta e cinco por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do terceiro mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

d) em 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do quarto mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

e) em 75% (setenta e cinco por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do quinto mês subsequente àquele em que publicada esta Lei;

f) em 70% (setenta por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do sexto mês subsequente àquele em que publicada esta Lei; e

g) em 40% (quarenta por cento), no caso de pagamento até o último dia útil do sétimo mês subsequente àquele em que publicada esta Lei.

§ 4º A redução prevista neste artigo aplica-se inclusive na hipótese de pagamento parcial do débito, caso em que o benefício somente alcançará os valores recolhidos.

§ 5º Na hipótese de pagamento parcial de débito abrangido por esta Lei, observado o disposto no § 4º, o prazo para inscrição do saldo devedor em dívida ativa, de que trata o art. 45 da Lei Complementar nº 313, de 22 de dezembro de 2005, será contado a partir da última amortização, desde que:

I - o valor do pagamento seja igual ou superior à fração correspondente à divisão do montante do débito, atualizado até a data do pagamento, pelo número de meses que faltam para atingir a data prevista na alínea "g" do § 3º deste artigo; e

II - o valor do pagamento não seja inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º Os créditos tributários inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2009, relativos ao ICM ou ICMS, terão os valores referentes à multa e aos juros reduzidos em 100% (cem por cento), desde que:

I - sejam pagos integralmente até o último dia do segundo mês subsequente àquele em que publicada esta Lei; e

II - o valor devido na data do pagamento, sem aplicação do benefício, não exceda a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º O disposto neste artigo:

I - não é cumulativo com o benefício previsto no art. 1º desta Lei; e

II - não se aplica aos créditos cujos montantes totais decorram exclusivamente de multa ou juros ou de ambos.

§ 2º Para efeitos do limite a que se refere o inciso II do *caput*, deverão ser computados todos os créditos tributários inscritos em dívida ativa do mesmo sujeito passivo, ainda que não alcançados pelo benefício previsto neste artigo.

Art. 3º Os pagamentos a que se referem os arts. 1º e 2º desta Lei deverão ser feitos em moeda corrente, estando vedada qualquer espécie de compensação prevista na legislação.

§ 1º O pagamento do crédito tributário representará expressa renúncia a qualquer defesa, administrativa ou judicial, ainda que em andamento.

§ 2º Na hipótese de pagamento parcial de crédito discutido administrativamente, a renúncia será sobre sua totalidade, salvo se expressamente o sujeito passivo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do respectivo recolhimento, por intermédio de petição endereçada ao Tribunal Administrativo Tributário, identificar a parcela do crédito que permanecerá em discussão.

Art. 4º Os benefícios previstos nos arts. 1º e 2º desta Lei:

I - não são cumulativos com qualquer outro previsto na legislação; e

II - não se aplicam aos débitos objeto de contrato celebrado sob a égide do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC.

Art. 5º A Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.

.....

III - as bonificações em mercadorias.

.....

Art. 51.

IV - devido por ocasião da entrada de mercadorias.

MULTA de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.” (NR)

Art. 6º O art. 20 da Lei nº 14.967, de 7 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20

§ 1º.

II - aplica-se somente às saídas dos produtos a que se refere o *caput*, produzidos pelo próprio estabelecimento beneficiário do tratamento diferenciado;

.....

IV - não poderá ser utilizado cumulativamente com qualquer outro benefício previsto na legislação tributária.

.....

§ 3º Os valores referidos nos incisos I a III deste artigo poderão ser acrescidos, respectivamente, de 4 (quatro), 5,88 (cinco vírgula oitenta e oito) e 8,34 (oito vírgula trinta e quatro) pontos percentuais, desde que atendido o disposto em regulamento referente a formação, capacitação e qualificação de mão de obra utilizada na unidade fabril, dentro do período nele previsto.” (NR)

Art. 7º O art. 18-A da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 13.359, de 7 de junho de 2005, e Lei nº 15.242, de 27 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 18 -A Aplicam-se ao imposto, no que não for contrário a esta Lei, as disposições da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981, exceto aquelas previstas em seus arts. 70 a 73” (NR)

Art. 8º A Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

§ 2º Os recursos oriundos dos serviços referidos no item 12 da Tabela V-A anexa a esta Lei serão aplicados na aquisição de materiais, insumos, equipamentos e serviços técnicos especializados para a realização dos ensaios laboratoriais e serviços de geotécnica, bem como para a manutenção e a melhoria das instalações e equipamentos dos laboratórios do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA.

.....

Art. 33. A falta de recolhimento da taxa sujeita o infrator:

I - a juros de mora na forma fixada no art. 69 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981; e

II - a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa.

Parágrafo único. O recolhimento da taxa após o prazo previsto na legislação e antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização sujeita o infrator a multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento).

Art. 33 -A. Sem prejuízo da multa prevista no art. 33, o servidor público que praticar atos sem exigir o comprovante do pagamento da taxa correspondente ou aceitar pagamento menor que o devido fica sujeito a multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo.

Art. 33 -B Aplicam-se às taxas, no que não for contrário a esta Lei, as disposições da Lei nº 5.983, de 1981.” (NR)

Art. 9º A Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 64. O descumprimento de obrigações acessórias descritas na legislação tributária e para as quais não houver previsão de multa específica será punido com multa de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

.....

Art. 70

I - em até 60 (sessenta) prestações, quando exigido por notificação fiscal; e

II - em até 12 (doze) prestações nos demais casos.

.....

§ 8º Mediante oferecimento de garantia real, conforme especificado em regulamento, o prazo de parcelamento previsto no *caput* poderá ser ampliado para até 120 (cento e vinte) prestações, na hipótese do inciso I, e para até 36 (trinta e seis) prestações, na hipótese do inciso II.” (NR)

Art. 10. O diferimento do ICMS devido por ocasião do desembaraço de mercadoria importada até 28 de fevereiro de 2011, destinada à indústria produtora de bens e serviços de informática, concedido por intermédio de tratamento tributário diferenciado, não implica vedação ao uso de benefício fiscal incidente na saída de mercadoria produzida pelo estabelecimento de cuja composição faça parte a mercadoria importada.

Art. 11. Ficam convalidadas as autorizações de parcelamento de débitos tributários vencidos concedidas até a data de publicação desta Lei, por intermédio de aplicativo eletrônico disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda aos contribuintes catarinenses, até o limite previsto no *caput* do art. 70 da Lei nº 5.983, de 1981.

Art. 12. Salvo disposição do regulamento em contrário, o ICMS diferido, relativo a operações com mercadoria destinada à construção ou ao ativo permanente de empreendimento situado neste Estado, será devido somente no caso de transferência da propriedade do empreendimento, alienação do bem ou sua transferência para uso em outra unidade da Federação, em montante proporcional ao número de meses restantes para encerramento do quadriênio iniciado no mês em que ocorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo:

I - não será considerada encerrada a fase de diferimento se o adquirente continuar explorando, no Estado, a atividade objeto do tratamento diferenciado, hipótese em que, se for o caso, para efeitos da parte final do *caput*, deverá ser levado em consideração o período anterior à aquisição; e

II - o imposto será devido a partir do mês da ocorrência de qualquer dos eventos previstos no *caput*.

Art. 13. Até o limite previsto em regulamento, aplica-se o tratamento tributário diferenciado, relacionado à importação de mercadorias cuja fruição esteja condicionada à utilização de portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados situados neste Estado, às importações realizadas por intermédio dessas estruturas localizadas em outras unidades da Federação, desde que o desembaraço ocorra neste Estado.

Parágrafo único. Enquanto não definido o limite pelo regulamento, fica autorizada a aplicação de tratamento tributário diferenciado às importações realizadas por intermédio de estruturas localizadas em outras unidades da Federação, até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor aduaneiro total das importações realizadas pelo estabelecimento a cada ano civil.

Art. 14. A Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º A concessão de incentivos dar-se-á a empreendimentos industriais que atendam, no todo ou em parte, aos seguintes requisitos:

.....

Art. 4º O PRODEC terá sua estrutura administrativa e instância superior no Conselho Deliberativo, que será composto:

I - pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, seu Presidente;

II - pelo Secretário de Estado da Fazenda, seu Vice-Presidente;

III - pelo Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca;

IV - pelo Procurador-Geral do Estado;

V - por um representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC;

VI - por um representante da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC;

VII - por um representante da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - FAMPESC; e

VIII - por um representante da Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

§ 1º.....

§ 2º Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 7º.....

§ 1º.....

III -

c) industrial dos setores náutico e naval;

§ 7º Tratando-se de incentivos a empreendimentos industriais dos setores automotivo, metalúrgico, siderúrgico, náutico ou naval, observar-se-á o seguinte:

Art. 7º-A

IV - industriais dos setores náutico e naval;

VI - diretamente atingidos por catástrofes naturais, desde que:

a) situados em área reconhecida em situação de calamidade pública por ato do Chefe do Poder Executivo; e

b) o projeto de investimento seja aprovado no prazo de até 2 (dois) anos, a contar da data de publicação do ato a que se refere a alínea "a".

Art. 9º.....

§ 3º Na hipótese dos §§ 4º ou 8º do art. 7º, não ocorrendo o recolhimento das parcelas liberadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de seu vencimento, os valores passarão a ser exigidos na forma prevista na legislação tributária, não se aplicando o disposto no § 1º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, incidirão sobre os valores devidos, a partir do vencimento da parcela, multa, juros e atualização previstos na legislação tributária." (NR)

Art. 15. O disposto nos §§ 3º e 4º do art. 9º da Lei nº 13.342, de 2005, aplica-se inclusive aos contratos vigentes na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Relativamente às parcelas em atraso na data de publicação desta Lei, o prazo a que se refere o § 3º citado no *caput* será contado a partir do primeiro dia do mês subsequente à data de publicação desta Lei.

Art. 16. A Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 134.

§ 3º A Certidão de Dívida Ativa - CDA será remetida à Procuradoria-Geral do Estado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do momento em que forem consideradas esgotadas as possibilidades de cobrança amigável ou inadimplido o parcelamento concedido.

Art. 136 -B. Aplicam-se à dívida ativa não tributária, a partir de sua inscrição pelo órgão competente da Secretaria de Estado da Fazenda, as regras previstas para a dívida ativa tributária, relativamente a juros e correção monetária.

Art. 158. O prazo de validade da Certidão Negativa de Débitos Estaduais deverá constar do seu texto e será de 30 (trinta) dias, contados da data da sua emissão." (NR)

Art. 17. O *caput* do art. 3º da Lei nº 14.967, de 7 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º Fica dispensada a inscrição em dívida ativa de débitos relativos:

....." (NR)

Art. 18. A Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º O estabelecimento enquadrado deverá informar, no prazo e forma estabelecido em regulamento, ao Grupo Gestor:

I - a execução do cronograma de implantação, expansão, reativação ou dos investimentos em pesquisa e tecnologia, o incremento dos níveis de produção ou de prestação de serviços e de absorção de mão de obra e os investimentos realizados, até a completa implantação do projeto-base do empreendimento; e

II - o percentual que as operações de exportação para o exterior representam em relação ao faturamento obtido.

Art. 7º.....

§ 1º.....

III - não alcança as obrigações tributárias de caráter acessório, salvo se expressamente previsto na resolução a que se refere o art. 5º.

§ 2º.....

I - inadimplentes perante a Fazenda Estadual;

Art. 10.....

Parágrafo único. O diferimento também se aplica às operações com materiais e bens:

I - que embora não se integrem à obra, sejam necessários à construção; ou

II - destinados à construção do canteiro de obras." (NR)

Art. 19. Os percentuais referidos nos incisos I a III do *caput* do art. 10 da Lei nº 14.967, de 2009, ficam, até 31 de dezembro de 2014, acrescidos, respectivamente, de 14 (quatorze), 20,59 (vinte vírgula cinquenta e nove) e 29,17 (vinte e nove vírgula dezessete) pontos percentuais, sem prejuízo do disposto no § 3º do referido artigo.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o benefício será utilizado em substituição aos créditos efetivos do imposto.

Art. 20. Os tratamentos tributários diferenciados concedidos a empreendimentos situados em território catarinense ficam sujeitos à revisão pela Secretaria de Estado da Fazenda, com vistas à adequação destes à legislação vigente na data de publicação desta Lei.

§ 1º Enquanto não revistos os enquadramentos, ficam mantidos, nos termos da legislação vigente na data de suas concessões, os tratamentos tributários diferenciados concedidos.

§ 2º As disposições deste artigo:

I - aplicam-se somente aos tratamentos vigentes entre 1º de janeiro de 2011 e a data de publicação desta Lei;

II - não elidem a alteração ou revogação, no todo ou em parte, do tratamento tributário concedido; e

III - não se aplicam aos tratamentos:

a) relacionados em ato do Chefe do Poder Executivo; e

b) expressamente revogados pela autoridade concedente.

§ 3º Fica autorizado, para efeitos deste artigo, o enquadramento, de forma automática, em outro tratamento diferenciado similar previsto na legislação, desde que:

I - o beneficiado não esteja em débito com a Fazenda Pública Estadual; e

II - o novo tratamento tributário se refira à mesma operação ou prestação.

§ 4º Na hipótese do § 3º, a empresa fica dispensada das exigências para o enquadramento no novo tratamento diferenciado.

Art. 21. O disposto no art. 1º desta Lei aplica-se também aos débitos decorrentes do ICMS devido por ocasião da entrada no Estado, observado o seguinte:

I - tratando-se de débito não lançado de ofício, àqueles com prazo de pagamento vencido até o dia 30 de abril de 2011.

II - tratando-se de débito lançado de ofício, àqueles constituídos até o dia 30 de abril de 2011;

III - tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, àqueles inscritos até a data de publicação desta Lei; ou

IV - tratando-se de débito parcelado, lançado ou não de ofício, aos respectivos saldos, desde que a primeira parcela tenha sido recolhida até a data de publicação desta Lei.

Art. 22. O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou a compensação de importância já recolhida.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Ficam revogados:

I - o § 2º do art. 134 e os §§ 1º e 2º do art. 158 da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966;

II - os arts. 4º, 5º, 79, 81 e 82 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981;

III - o art. 32 da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988.

IV - o art. 5º da Lei nº 13.545, de 9 de novembro de 2005;

V - os §§ 1º e 2º do art. 3º e o inciso IV do § 1º do art. 7º-A da Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005;

VI - o § 1º do art. 5º da Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007; e

VII - o art. 20 da Lei nº 15.242, de 27 de julho de 2010.

Florianópolis,

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado em exercício

*** X X X ***